



OBSERVADOR RURAL

Nº 111

ABRIL DE 2021

**DES(CONTINUIDADES) POLÍTICAS E ECONÓMICAS
DE LONGA DURAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR
(CAMPONESES) EM MOCAMBIOUE**

João Mosca

O documento de trabalho (*Working Paper*) *OBSERVADOR RURAL* (OMR) é uma publicação do Observatório do Meio Rural. É uma publicação não periódica de distribuição institucional e individual. Também pode aceder-se ao *OBSERVADOR RURAL* no *site* do OMR (www.omrmz.org).

Os objectivos do *OBSERVADOR RURAL* são:

- Reflectir e promover a troca de opiniões sobre temas da actualidade moçambicana e assuntos internacionais.
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, de pesquisas e reflexões sobre temas relevantes do sector agrário e do meio rural.

O *OBSERVADOR RURAL* é um espaço de publicação destinado principalmente aos investigadores e técnicos que pesquisam, trabalham ou que tenham algum interesse pela área objecto do OMR. Podem ainda propor trabalhos para publicação outros cidadãos nacionais ou estrangeiros.

Os conteúdos são da exclusiva responsabilidade dos autores, não vinculando, para qualquer efeito o Observatório do Meio Rural nem os seus parceiros ou patrocinadores.

Os textos publicados no *OBSERVADOR RURAL* estão em forma de *draft*. Os autores agradecem contribuições para aprofundamento e correcções, para a melhoria do documento.

RESUMO

O campesinato tem sido, ao longo de séculos, uma classe social explorada (no sentido do seu empobrecimento e extracção de recursos - trabalho e excedentes produtivos), seja por via da escravatura, trabalho forçado/obrigatório, assalariamento e semi-assalariamento, seja pela extracção de excedentes e venda de produtos a preços baixos e integração perversa no mercado. No âmbito das comunidades, aos camponeses são retirados recursos fundamentais para a reprodução e sustentabilidade dos sistemas de produção, como a terra (e a fertilidade dos solos), as florestas, a fauna bravia, etc. Isto é, além da extracção de valor e de recursos, o predadorismo dos recursos naturais desestrutura os sistemas de produção, cria pobreza que força a migrações, com conseqüente geração de sistemas de produção insustentáveis devido às densidades populacionais crescentes em determinadas zonas, e sobreexploração de recursos naturais como estratégia de sobrevivência. Os camponeses considerados guardiões da natureza, tornam-se predadores dessa natureza quando em contexto de pobreza e de "entrantes" em novas realidades e espaços territoriais.

Os camponeses, em cada contexto, demonstraram optar por estratégias de integração e resistência a medidas políticas e ideológicas dos poderes "a partir de cima" e à penetração do capital nas suas diversas formas de actuação. Os processos de diferenciação económica, regra geral, foram impostos por propósitos políticos, de funcionalidades e de vantagens económicas para os sistemas políticos e económicos de cada período, assentaram, regra geral, na potenciação das estratificações clânicas e étnicas pré-existentes, que, simultaneamente, aumentaram essas diferenças com bases materiais e económicas introduzidas pelos regimes e pelo capital, e com reforço dos poderes locais através de relações com o Estado, acesso a recursos, aumento das manifestações com base em simbolismos e representatividades sociais.

Numa perspectiva de longo prazo, existem características qualitativas estruturais que, sem se alterarem no fundamental, sofreram ajustamentos em função dos sistemas políticos, dos modelos económicos, das formas de actuação do capital e das dinâmicas sociais próprias de cada região. Até ao momento, nem durante o colonialismo, nem no período pós-independência, existiram transformações fundamentais nos sistemas de produção, nas tecnologias, nos modos de vida da maioria dos camponeses e nas suas relações com a natureza. Isto significa que não existiram regimes políticos e modelos económicos suficientemente duradouros e com capacidade de transformação estrutural das realidades.

As relações entre o campo e as cidades e com o sector externo foram desfavoráveis para a economia rural e para a agricultura, o que se traduz na transferência de valor veiculada pelas cadeias de valor que concentram a acumulação nas fases de comercialização, transformação e distribuição e no sector externo. Por essa razão, o sector agrário nunca produziu excedentes suficientes que libertassem recursos para a industrialização e terciarização numa base fundamentalmente endógena ("a partir de dentro").

A integração perversa criou, em muitas circunstâncias e momentos, rupturas nos equilíbrios de ocupação do território e capacidade produtiva, entre as famílias e a natureza e nas relações sociais e de poder a nível local. São exemplos dessas realidades, o regime de trabalho forçado, as culturas obrigatórias, a semi proletarização, os aldeamentos, as aldeias comunais e os reassentamentos, a expropriação de terras, etc. As migrações económicas aumentaram as densidades populacionais e a sobre-utilização/exploração dos recursos pelos próprios camponeses em busca de meios de sobrevivência.

Analisando a relação da Frelimo, enquanto movimento de libertação nacional e como partido no poder pós-independência, independentemente das narrativas políticas e ideológicas, pode-se concluir que existiu, ao longo dos anos, diferentes formas utilitárias de relações com o campesinato: na luta de libertação nacional, os camponeses eram a base de recrutamento e de acolhimento de guerrilheiros, serviam para o transporte de material de guerra e de mantimentos, escudo e sentinelas de protecção das bases militares; na primeira fase, após a independência, os camponeses se transformariam em operários das empresas estatais e de cooperativas com base na propriedade colectiva da terra e as aldeias comunais, como forma de organização urbana e social, para facilitar a prestação de serviços públicos, o recrutamento da mão-de-obra e o controlo político da população; após as reformas económicas e o sistema multipartidário, os camponeses deixaram de ter atenção em termos de políticas públicas no sentido da sua transformação no âmbito do desenvolvimento económico, reduzindo-se às funções de produtores de mercadorias (alimentos e *commodities*), mão-de-obra para as empresas do agronegócio. Em período eleitoral, acontecem algumas acções do partido Frelimo por via das instituições do Estado (distribuição de sementes e fertilizantes, publicitação de inaugurações como poços de água, escolas, estradas, pontes, etc.), com o objectivo de captação de votos. Não exist, e na narrativa ou em estudos realizados, a compreensão dos sistemas de produção e dos modos de vida, a inventariação dos anseios e necessidades da população, priorização na alocação de recursos e investimentos públicos, entre outros aspectos.

A pobreza, o limitado conhecimento e informação, o défice da consciência e do exercício da cidadania, a inexistência de uma organização representativa dos camponeses como classe social, entre outros aspectos, facilitam a manipulação eleitoralista face a uma baixa capacidade reivindicativa e tornam o custo de oportunidade do voto camponês muito barato.

DES(CONTINUIDADES) POLÍTICAS E ECONÓMICAS DE LONGA DURAÇÃO DO SECTOR FAMILIAR (CAMPONESES) EM MOÇAMBIQUE

1. INTRODUÇÃO

Este texto procura enquadrar teoricamente o agricultor de pequena escala (também designado, como sinónimos "aproximados" de sector familiar, camponês, pequeno produtor de mercadorias)¹, no âmbito das transformações económicas e sociais das unidades produtivas e suas lógicas, assim como das famílias, do desenvolvimento rural e da economia em Moçambique, considerando a evolução histórica, sobretudo a partir de meados do século XIX.

O enquadramento teórico recolhe as principais contribuições dos vários enfoques teóricos e ideológicos, incluindo a literatura de e sobre Moçambique, a partir dos quais se procurará interpretar a realidade e os discursos à volta do tema.

Pretende-se apresentar a evolução do pequeno produtor, considerando, sobretudo, as diversas formas de integração nos mercados de bens produzidos, do assalariamento e da migração, dos insumos e mecanização ("tractorização"), nas culturas obrigatórias, nas plantações e em zonas de implantação político-administrativa colonial menor ou tardia, onde a penetração do capital foi menos intensa e em espaços mais afastados das vias de comunicação. Aspectos de género e da alteração das estruturas sociais (incluindo no seio das famílias) e de poder locais serão considerados. Observa-se, assim, as diferenças espaciais, as suas funcionalidades e como se articulam.

O texto apresenta a análise por períodos, considerando a intensificação dos aspectos acima referidos, sem negligenciar períodos de descontinuidade. Os períodos são os seguintes: (1) de meados do século XIX a finais desse século, caracterizado com o início da implantação efectiva da administração colonial, o fim do escravagismo (interno e externo) e a implantação do sistema de plantações; (2) desde finais do século XIX à década dos anos 40, período em que se verificou a ocupação efectiva colonial em grande parte do território, foram introduzidas culturas obrigatórias, verificou-se a expansão da rede comercial rural, as migrações regionais (sobretudo para a África do Sul e Rodésia do Sul), coincidindo com a reestruturação do capital e da política nacionalista do Estado Novo em Portugal; (3) de meados do século XX à independência (1975), com o início da industrialização no quadro da estratégia de substituição de importações, em consequência do crescimento da imigração de colonos e a consequente demanda de produtos alimentares não produzidos até então pelos sistemas agrários, a modernização da agricultura nas explorações nos colonatos e a construção de infra-estruturas, sobretudo cidades e estradas (relacionadas com o trabalho obrigatório); (4) o período após a independência (1975-1987), marcado pela tentativa de transformações da sociedade e da economia, com a tentativa de implantação de um sistema socialista de corte populista e autoritário, reflectindo-se em estratégias de modernização e socialização do campo, principalmente através da cooperativização (C) da agricultura com propriedade estatal da terra, das aldeias comunais (AC) e das empresas estatais (EE), pensando-se na absorção dos pequenos produtores como operários agrícolas ou cooperativistas; este foi um período de tentativa de ruptura política e ideológica com o sistema capitalista, assente na ideologia marxista; (5) o período das reformas económicas e implantação de um sistema de economia de mercado "à lá" Instituições de Bretton Woods (IBW), liberalização dos mercados, privatização do sector empresarial público, redução do peso e funções do Estado, abertura ao investimento privado

¹ Veja mais adiante as diferenças conceptuais e as dinâmicas contidos em cada uma e nas suas relações evolutivas.

(sobretudo estrangeiro - IDE) e, em relação aos pequenos produtores, a integração destes, sob diferentes formas, nos mercados, a penetração do agronegócio, a priorização das culturas de exportação, o aumento das importações de alimentos e a geração de mais desigualdades sociais e espaciais, sobretudo entre o campo e a cidade.

As continuidades e descontinuidades de natureza política e económica, sintetizadas no quadro mais abaixo, implicaram processos de integração e resistência dos pequenos produtores, como formas de sobrevivência e de diferenciação social, com criação de agricultores mais integrados no mercado, provocando a absorção de lógicas capitalistas nos sistemas de produção, nos mecanismos de reprodução social dos pequenos produtores e no seio das famílias e na mobilidade social no meio rural². Estas evoluções põem em questão o que se designa por conservadorismo económico dos pequenos produtores (por exemplo, na adopção de técnicas e mudanças nos sistemas de produção) e a suposta inelasticidade da oferta em resposta aos sinais de mercado.

Contrariamente, no caso de Moçambique, não existem, ou são pouco evidentes, os movimentos de resistência social face à preservação dos valores culturais das sociedades locais e em defesa de sistemas de produção ecológicos que asseguram os equilíbrios entre Homem, produção e a natureza. A modernização da agricultura empresarial e do agronegócio com maior intensidade, os mercados e a obtenção de rendimentos monetários conducentes ao acesso aos mercados associados ao autarquismo de longa duração, assim como os valores da assunção de valores associados à modernidade e à assimilação cultural, surgem como estratégias de criação de riqueza e de reforço dos poderes das elites locais. A colonização impôs o imposto de palhota pago, a partir de certo momento, obrigatoriamente em moeda, o que forçou as famílias a obter dinheiro. A pobreza extrema, as migrações forçadas de curta distância, os níveis de rendimento monetário resultantes da produção das pequenas explorações, forçam, muitas vezes, como única alternativa, à adopção de sistemas e práticas produtivas e de extracção de recursos, transformando os pequenos produtores de guardiões em predadores da natureza.

² Vários autores referem as relações entre os camponeses e os mercados, como, por exemplo, Chayanov (1974): *la organización de la unidad campesina*. Buenos Aires, Nueva Visión; Servolin, Claude (1979): «La absorción de la agricultura en el modo de producción capitalista», em *La evolución del campesinado. La agricultura en el desarrollo capitalista*; Wolf, Eric (1970): *Los Campesinos*; entre otros.

Quadro 1 Continuidades e discontinuidades das transformações dos sistemas de produção e da integração/resistência dos produtores de pequena escala, por razões políticas e económicas externas ao meio rural

Principais factores de transformação	Períodos					
	do sector familiar	Meados a finais do século XIX	Finais do século XIX a 1940	De 1940 a 1975	De 1975 a 1987	Depois de 1987
Eslavagismo		■				
Trabalho forçado		■				
Plantações				■	■	■
Culturas obrigatórias						
Dominância do sector familiar		■	■	■	■	■
Rede comercial rural			■	■		■
Urbanização			■	■	■	■
Migrações internas e regionais			■	■	■	■
Reestruturação capital em Portugal				■		
Industrialização - substituição de importações				■		
Modernização alguns sectores agrários				■	■	■
Colonatos agrícolas				■		
Socialização do campo, EE, cooperativização e AC					■	
Liberalização dos mercados			■	■		■
Privatização (importância do sector privado)			■	■		■
IDE - culturas de exportação			■	■		■

Nota: algumas características mencionadas no quadro existiam antes dos meados do século XIX, como é o caso do esclavagismo que é anterior à chegada dos portugueses.

O Quadro 1 revela, principalmente importantes discontinuidades de curto prazo por razões de contextos e opções políticas (ciclos políticos de média duração), sobretudo na última fase da colonização e no período da “experiência socialista³”. As principais continuidades supra ciclos observados, são as seguintes: (1) a importância do sector familiar nos volumes de produção e de comercialização; (2) ⁴os sistemas de produção assentes em capital (privado e estatal – entre 1975 e 1987); (3) a modernização da agricultura associada ao investimento; e, (4), as migrações regionais e de curta distância e a urbanização, foram os factores de continuidade durante todo o período estudado. Os factores/ciclos políticos - fases da colonização, sobretudo do colonialismo tardio⁵, a “experiência socialista”, as guerras (de libertação e a civil (que somam 26 anos de conflito em 28 anos - entre 1964 e 1992) e a liberalização económica “à lá IBW”, tiveram grande influência sobre os fenómenos estudados. Os factores externos políticos (colonização e opção “socialista”) e económicos (capital, principalmente o externo), estiveram sempre presentes, sob diversas formas (capital comercial, agrário – colonatos e agronegócio - e financeiro).

Passa-se a analisar os assuntos objetos deste trabalho ao longo dos períodos demarcados que coincidem, grosso modo, com as periodicidades mais comuns da literatura da história económica de Moçambique.

³ Título do livro de Joao Mosca (1999), “A experiência socialista em Moçambique, 1975-1986”. O livro faz uma análise da economia no quadro de uma economia de planificação central e seus resultados, concluindo que, por diversas razões, internas e externas, não existiu algum sistema socialista.

⁴ Considera-se

⁵ Considera-se por colonialismo tardio a fase final (depois da década de 50 do século XX), momento em que se iniciaram reformas políticas e económicas em Portugal e nas colónias, motivadas pelo crescimento do capitalismo em Portugal e de alterações na estrutura social do poder, das pressões internacionais e do surgimento de movimentos independentistas em África.

O texto não aprofunda questões importantes, como a agricultura sustentável (entendida parcialmente como biológica), nem as relações intersectoriais (entre os vários sectores da economia), no quadro da transformação estrutural da economia e papel da agricultura (e, neste caso, do sector familiar) no desenvolvimento no caso de Moçambique.

O texto possui, além da introdução, duas secções. A segunda trata da análise da evolução do sector agrário, considerando o objectivo e a periodização acima referida. A última secção faz um resumo e procura confirmar as continuidades e descontinuidades das transformações dos sistemas de produção e da integração/resistência dos produtores de pequena escala, por razões políticas e económicas externas ao meio rural. Embora o foco do texto seja o sector agrário, são realizadas contextualizações para o conjunto da economia e da sociedade e das políticas públicas de cada período.

O autor não faz uma revisão teórica sobre os temas da transformação estrutural da economia e da agricultura e meio rural. Porém, ao longo do texto, fazem-se breves referências, em pé de página, sobre os principais autores de cada um dos temas relacionados com as abordagens apresentadas. Na maioria dos casos não são feitas citações mas apenas a indicação de alguns autores clássicos.

2. EVOLUÇÃO DO SECTOR AGRÁRIO

2.1. Fase imediatamente pré-colonial e primeiros momentos de implantação colonial

As sociedades que compõem o actual território de Moçambique, no período pré-colonial, estavam assentes na agricultura "tradicional"/"local" com um elevado nível de autarquismo, com técnicas e sistemas produtivos adaptados aos equilíbrios Homem – Natureza, com baixa tecnologia e produtividade, mas eficiente social e ecologicamente, assegurando a reprodução social das famílias e das comunidades de forma sustentável. A produção era principalmente para o autoconsumo. A natureza era a fonte de recursos para as necessidades produtivas (terra, sementes, instrumentos de trabalho, etc.) e da vida (água de fontes ou cursos hídricos, alimentos - carne de caça, produtos silvestres - habitação, energia - carvão, etc.). As famílias possuíam uma clara divisão social do trabalho com base no género, na idade e na posição hierárquica dos membros – chefe de família, primeira esposa e seguintes, filhos rapazes e raparigas, segundo a ascendência da mãe e sua posição na hierarquia.

A estrutura social possuía diferenciações assentes em clãs com famílias dominantes, seja por razões de sucessão de poderes obtidos em hierarquias guerreiras, seja por ocupação territorial com diferentes climas e aptidão/potencial para as actividades produtivas, dimensão dos agregados familiares reflectindo-se na quantidade de força de trabalho, entre outros factores. A posse e distribuição dos recursos, assim como a divisão interna do trabalho, pertencia, geralmente, ao homem (chefe de família), e, em segundo lugar, à primeira esposa e seguintes (em famílias poligâmicas). Deste modo, existiam desigualdades na obtenção, apropriação e distribuição dos recursos e dos rendimentos, segundo os critérios determinados pelo chefe de família.

Dentro e entre comunidades e clãs/etnias, as diferenciações também existiam, sobretudo assente em ocupações territoriais resultantes de conflitos (chamadas etnias guerreiras, pastoris, agricultores, etc.), riqueza geral resultante das condições territoriais, posições nas hierarquias religiosas e, ainda, outros factores resultantes de crenças e seus poderes socialmente aceites (como, por exemplo, dos espíritos "fortes").

Estas diferenciações foram importantes porque influenciaram os graus de resistência e integração à colonização e à penetração do capital, através de alianças com o poder colonial, com o objectivo de reforçar a capacidade militar e as relações de poder interétnicas,

As diferenças referidas, entre outras, implicaram diversos tipos de alianças entre etnias e a penetração colonial, seja para a facilitação da implantação do poder colonial, como para assegurar o tráfego de recursos para a costa e exportação, ou para o sistema de prazos⁶. São exemplos disso, os caça-escravos, o recrutamento para o trabalho forçado e para as culturas obrigatórias, ou a abertura de corredores para o trânsito de escravos, marfim, ouro e outros recursos.

Existiam compensações da colonização aos “chefes” das etnias/clãs, sendo as mais conhecidas o fornecimento de armas para as guerras interétnicas, o acasalamento de colonos brancos e indianos com mulheres de determinados clãs⁷ como, por exemplo, as donas da Zambézia, a instrumentalização das chefias locais para o recrutamento de mão-de-obra, o recrutamento para as forças policiais locais (os chamados “cipaios”), entre outras.

Em outros casos, as elites e clãs/etnias locais, aliavam-se a outras potências coloniais (no caso de Moçambique, à Inglaterra) para colaboração militar na luta por territórios. No Sul de Moçambique, o caso das ambições de anexar o território de acesso ao porto de Maputo é somente um dos exemplos.

Em síntese, as sociedades pré-coloniais eram estratificadas por factores essencialmente não económicos. As economias assentavam na extracção de produtos e bens da natureza (incluindo de recursos mineiros, como é o caso do ouro) e no comércio (a influência árabe na costa, os tráfegos de escravos, marfim e ouro, etc., em troca de armas, tecidos e “bijutarias”). Existiam conflitos de diversas naturezas entre etnias e clãs. A colonização e o capital (associados ou não ao regime) introduziram relações capitalistas, potenciando as estratificações então existentes, seja como forma de extracção de valor, seja como processo de integração dos camponeses nas relações de produção capitalistas, aprofundando, por sua vez, as diferenciações locais e introduzindo novas formas de acumulação e apropriação dos excedentes, assim como estabelecendo-se alianças políticas e militares com os colonizadores, reforçando-se mutuamente os poderes sobre territórios.

2.2. O período entre meados do século XIX e finais desse século

Os historiadores consideram a partilha de África pelas potências coloniais na Conferência de Berlim, em 1895, um momento de mudança de período histórico porque aí se definiram as fronteiras das colónias que, grosso modo, persistem actualmente. não obstante, existiram posteriormente alguns ajustamentos fronteiriços com escaramuças militares, incluindo em Moçambique com o Malawi e Tanzânia (fronteiras marítimas⁸). A Organização da Unidade Africana (OUA), hoje União Africana (UA) decidiu, na sua reunião fundacional em 1963, que as fronteiras herdadas da colonização deveriam ser respeitadas. Isso nem sempre tem acontecido no continente, mesmo depois desta resolução⁹.

⁶ Prazos da Coroa eram terras pertencentes ao Rei de Portugal que eram alugados a colonos (portugueses e indianos das colónias portuguesas da Índia). Estes pagavam impostos ao Reino embora nem sempre assim acontecesse. O sistema de prazos foi extinto em 1532, embora a decisão apenas tenha sido efectiva em 1854.

⁷ As donas da Zambézia eram as esposas dos colonos a que tinham sido concedidos prazos. A sucessão dos prazos era por via feminina. Ganharam poder e prestígio, inclusivamente militar. Sobre este tema, veja Capela (1995).

⁸ A sobreposição de fronteiras marítimas entre os dois países e com França, começaram a ser referidas, nos bastidores da diplomacia em Maputo, principalmente depois da descoberta do gás na bacia do Rovuma.

⁹ Carta da Organização da Unidade Africana (OUA), pela resolução AHG/Res. 16 (I).

principalmente desde finais do século XIX que começa a existir a efectiva ocupação administrativa de Moçambique. Até então, a presença portuguesa circunscrevia-se a alguns pontos na costa (por exemplo, Ibo, Ilha de Moçambique, Inhambane, Sofala), a alguns pontos do vale do Zambeze (inicialmente em Quelimane, Sena e Tete) e em corredores para o transporte de escravos e de recursos (chamados ciclos do ouro e do marfim). Estes ciclos estavam já integrados em fluxos intercontinentais, como, por exemplo, por parte de Portugal, exportação portuguesa de tecidos para a Índia por troca com bijutarias e especiarias da Índia para Moçambique, escravos de Moçambique e Brasil (embora a maioria dos escravos de Moçambique tivessem como destino as ilhas francesas do Índico) para as plantações de açúcar e minerais do Brasil para Portugal. De notar que Moçambique já fazia parte, antes dos portugueses, do circuito transcontinental com os árabes e franceses (escravos para as plantações de açúcar das ilhas do Índico). Estes são os primeiros factores de mudança, por influência externa.

Inicia-se (ou acelera-se), nesta época, a integração do campesinato no sistema capitalista internacional, por via da extracção de trabalho, recursos naturais e do comércio. Esta integração é suportada e/ou assegurada por métodos violentos e desumanos, próprios da escravatura, aprisionamento para trabalho forçado com desestruturação da vida e dos sistemas de produção. Não existiu, nesse período, a penetração do capital agrário, industrial ou financeiro. A potência colonial estava, então, essencialmente numa fase de economia rural, agrária, assente na pequena exploração e não moderna, onde as classes feudais ou de um capitalismo agrário embrionário no Sul (sobretudo no Alentejo), onde existia a média e grande exploração. Prevalencia, então, o conflito entre a elite rural com as burocracias e as elites urbanas (burguesia mercantilista) enriquecidas com o comércio colonial e início da industrialização.

Em consequência do tipo e do atraso da economia da época em Portugal, a pequena presença de colonos¹⁰ e do tipo de relações externas portuguesa, os primeiros assentamentos populacionais coloniais aconteceram tardiamente (em comparação com as colónias britânicas da região) e localizaram-se na costa, nos corredores do ouro, marfim e escravos. Constituíram-se os entrepostos comerciais (Sofala foi o primeiro ponto de contacto dos portugueses em Moçambique). Estas realidades introduziram diversas formas de integração do campesinato que influenciaram especializações produtivas, comportamentais e influências religiosas diferenciadas: na costa desenvolveu-se o espírito comercial, a mobilidade espacial e a religião muçulmana. Nas zonas de origem de escravos, as clivagens interétnicas aprofundaram-se, como, por exemplo, entre yaus e nyanjas, macondes, macuas e kymuanes, chuabos e lomués, entre outras. Observar-se-á mais adiante neste texto, que estas características influenciaram sistemas de produção e integrações diferenciadas do campesinato nos mercados e no sistema capitalista internacional.

A economia colonial não demandava outro tipo de relações comerciais com as colónias, submetendo-as a um atraso no desenvolvimento capitalista. Inicia-se, nesse período, o fenómeno migratório de Moçambique para as plantações e minas da África do Sul e do Centro de Moçambique, para a então Rodésia do Sul. Moçambique começa a ser um exportador de mão-de-obra. Lisboa e Pretória estabelecem um acordo que formaliza essa migração, sendo que uma parte dos salários dos mineiros (ou uma taxa por mineiro emigrante) seria paga a Portugal, em ouro.

¹⁰ Os primeiros colonos vieram de Goa, pelas seguintes razões: Moçambique estava subordinado ao Vice-Rei das Índias (Goa, Damão e Diu) até 1752; (2) Portugal era um país pobre de pouca população. Na realidade, foi a partir de 1600 que começaram a chegar os primeiros colonos vindos de Portugal. A presença portuguesa era, até então, insignificante: segundo Capela (1991: 76), "até à última década do século XIX, em Moçambique, com mais de umas escassas dezenas de moradores portugueses originários de Portugal ou seus descendentes directos". Os restantes colonos, também não muito numerosos, eram originários de Goa e do Brasil.

O vale do Zambeze foi a primeira zona de penetração portuguesa efectiva e significativa para o interior, utilizando o rio como via de comunicação. Implantaram-se os Prazos da Coroa alugados a colonos pelo Rei de Portugal¹¹. Os prazeiros possuíam amplos poderes no território, incluindo a constituição de forças militares, muitas vezes comandados por goeses e recrutamento local, os chamados "axicundas" ou "xicundas". Estes, tinham como missão a "caça escravos" (para as plantações, minas, marfim e "exportação" de escravos) e os designados de "contratados" (principalmente para Cuba e ilhas do Índico). Cobravam impostos (o "mussoco"), entre outras funções. Os prazeiros pagavam uma renda à Coroa portuguesa, iniciando-se a formação de uma classe social de "rendeiros" que se casavam localmente, criando o que veio a designar-se como as "donas da Zambézia", pelo poder que ganhavam com os casamentos. Estava assim em implantação um sistema colonial inicialmente com base numa mescla dos modos de produção escravagista e feudal, juntamente com o capital mercantil na costa.

A partir de finais do século XIX entra na Zambézia, capital externo maioritariamente não português (belga, francês, holandês, inglês e português), constituindo as companhias majestáticas interessadas em oleaginosas (amendoim, coco e gergelim¹²) Na perspectiva histórica de longa duração e no âmbito deste texto, importa referir que, ainda hoje, a Zambézia é ainda o principal produtor de coco/copra (tendo tido o maior palmar do mundo na segunda metade do século XX) e um grande produtor de amendoim.

Foram também criadas as companhias na zona Centro (a Companhia de Moçambique) e no Norte (a Companhia do Niassa abrangendo as actuais províncias de Nampula, Niassa e Cabo Delgado). Estas companhias substituíram, em parte, as terras dos prazos da coroa (sobretudo na Zambézia/Vale do Zambeze), extintos em diferentes momentos (a maioria em meados do século XX), que demonstraram incapacidade de se transformar em produtores agrícolas capitalistas. O "mussoco" começava a ser pago obrigatoriamente em espécie, principalmente através da comercialização de bens agrícolas.

Os dois parágrafos anteriores evidenciam a configuração das bases da estrutura económica e agrária actual na zona Centro, em particular na Zambézia, bem como as formas de penetração do capital. Grandes plantações, extractivismo mineiro (continuidade de períodos anteriores), integração dos "agricultores indígenas" no mercado de produtos agrícolas, trabalho forçado (continuidade da escravatura), formação de uma elite resultante de mestiçagens raciais.

A economia de Moçambique começa a possuir, em meados do século XIX, três eixos principais nas relações externas: o Atlântico (Portugal), o regional (África do Sul e Rodésia do Sul) e o Índico (Índia e Paquistão), com especializações produtivas. Estas características influenciarão a estrutura produtiva espacial em Moçambique (veja mais adiante).

É sobretudo a partir de meados do século XIX que se inicia a globalização das economias e a configuração de relações económicas e comerciais assimétricas (troca desigual¹³), de extracção, formando estruturas funcionalmente articuladas e assentes na transferência de recursos e na concentração da acumulação nos países colonizadores ou de origem do capital, e na região, principalmente na África do Sul. O que hoje se designa por corredores de desenvolvimento, tem origem

¹¹ O primeiro prazo (terra pertencente ao reino) foi o dos "Rios de Sena" (inicialmente designado de rios de Cuama, teve início em 1570. As terras adquiridas pelos prazeiros à Cora, correspondiam a antigas chefaturas africanas.

¹² Na fase final dos prazos e após o fim da escravatura e dos ciclos de ouro e marfim, os prazos e depois as companhias majestáticas, começaram a interessar-se por oleaginosas como matérias-primas para a emergente indústria de óleos em Portugal.

¹³ Teoria da troca desigual de Arghiri Emmanuel, que refere a existência de trocas de bens entre economias especializadas em sectores primários e secundários e terciários, de produtividades diferentes, o que se reflecte por uma tendência de relações de troca desequilibradas, não só resultantes dessas especializações, bem como numa perspectiva de longo prazo através do crescente aumento da produtividade e competitividade das economias desenvolvidas. EMMANUEL, Arghiri (1976), *On unequal exchange. a marxist contribution on trade relations between rich and poor*. Journal of Economic Studies. Volume 3 Issue 1.

há mais de dois séculos com o escoamento do marfim (corredor do Limpopo e Pemba/Ibo Lichinga), de escravos (Niassa-Pemba/Ibo/Angoche), de ouro (Zimbabué-Manica-Sofala).

Como em muitos locais, a penetração colonial teve resistências militares. No caso da Zambézia, é conhecida a resistência dos maganjas¹⁴, onde, depois, se registou resistência à Frelimo na luta de libertação nacional e na guerra civil, onde surgiu o fenómeno do “naparamas”. No Centro, a resistência do reino de Barué, porventura o que mais perdurou no tempo.

2.3. De finais do século XIX a meados do século XX

Pode-se considerar que este foi o período do início da efectiva ocupação administrativa portuguesa do território e a implantação das bases que configurariam a estrutura económica que, nas suas características principais, se mantêm actualmente presentes. Igualmente, esse período influenciou a estrutura agrária e as transformações do campesinato.

Os principais elementos de análise quanto à estrutura económica, são os seguintes: (1) formação de uma economia de serviços (transportes e outros serviços no Sul, Centro e Norte, que constituem os actuais corredores de Maputo, Beira e Nacala e fazem parte do sistema ferro-portuário a África Austral); (2) exportação massiva de mão-de-obra, sobretudo no Sul; (3) crescimento da economia de plantação no Centro do país (Sofala e Zambézia); (4) predomínio do capital comercial na costa, sobretudo no Norte até Quelimane. No Sul, após a transferência da capital, em 1872, da Ilha de Moçambique para Lourenço Marques (muito em consequência da construção da linha férrea do Transval e do porto de Lourenço Marques e devido às ambições inglesas para ocupação deste corredor – actual corredor de Maputo), houve a concentração do aparelho político e administrativo no Sul, com maior implantação de colonos, estradas e rede comercial no meio rural.

A implantação colonial foi complementada com a promoção, a partir das hierarquias das sociedades, por uma estrutura de “autoridades gentílicas” que, ao longo dos anos e em consequência da crescente implantação no território pelo Estado português, foram assumindo funções que complementavam ou estendiam o poder colonial no território. Foram formados “régulos” e “fumos¹⁵” (divisão territorial inferior ao regulado), que realizavam funções que implicavam presença no terreno, conhecimento das realidades sociais e, regra geral, resolução de conflitos entre a população e com as administrações públicas. Enumeram-se algumas dessas funções ao longo da história: (1) recrutamento e caça-escravos; (2) recrutamento de mão-de-obra forçada para a construção civil (estrada e cidades) e grandes plantações; (3) cobrança de impostos; (4) prisão e detenção de pessoas que tivessem praticado algum crime; (5) formação de um corpo militarizado nos distritos (os designados cipaios”), possível continuidade dos xicundas da Zambézia, que desenvolviam actividade de protecção dos responsáveis coloniais (sobretudo do administrador do distrito), guardas prisionais, torturadores, entre outras. Em algumas zonas, os cipaios eram chefiados por indianos oriundos das colónias portuguesas da Índia, principalmente de Goa. As funções desempenhadas colocavam os régulos e fumos em posição de “sandés”, entre o poder colonial e a população que, de algum modo, representavam e constituíam anteriormente hierarquias nas estruturas sociais: de um lado, o cumprimento das funções do Estado e, do outro, a representatividade das comunidades e defesa dos seus interesses. Ao longo da história colonial e, sobretudo, depois do início da luta de libertação nacional, existiram posicionamento diversos, em função de vários factores, mas, sobretudo, da relação de forças no conflito e do domínio dos territórios por uma das partes. Anteriormente, as autoridades gentílicas utilizavam a hierarquia para obtenção de benefícios locais (doações da população, poligamia – família grande e respectiva força de trabalho, terras e poder de alocação de recursos, etc. Gozavam ainda de um poder representativo e

¹⁴ Veja o Estado Militar da Maganja em Capela (1988). Outros casos de resistência recentes são o Império de Gaza, os maraves e ngunis no Norte de Tete e os barués no Norte das províncias de Sofala e Manica.

¹⁵ Tiveram outras desigualdades em diferentes zonas do território.

simbólico, como lugares de destaque em tribunas do governo local, acesso à burocracia do Estado, fardas simbólicas de poder, e, para alguns premiados, visitas a Portugal. As hierarquias tradicionais foram uma via de diferenciação social, seja assente em bases materiais/económicas, bem como por elementos simbólicos e de representação.

De acordo com Wuyts (1978a e 1978b), a estrutura económica espacial caracterizava-se, na década dos anos 70 do século passado, da seguinte forma, em termos genéricos: o Sul como uma economia de serviços, o Centro como uma economia de plantações (capital agrário) e o Norte com uma economia em que o campesinato se transformou num produtor de mercadorias (capital comercial) e por via da subcontratação. Porém, as realidades são complexas e as mudanças acontecidas com a colonização efectiva e os diferentes tipos de penetração do capital em espaços com realidade pré-coloniais e primeiros anos de presença externa diferenciados, são diversas. Por exemplo, no Sul também existiram grandes plantações (de açúcar), migrações no Centro (para a Rodésia do Sul) e no Norte (para a Tanzânia). Na zona Centro, o porto da Beira e as duas linhas de caminhos-de-ferro (Rodésia do Sul e Moatize - linha de Sena) tiveram grande influência na economia desse território. Na Zambézia e no Norte da província de Tete, desenvolveu-se um campesinato produtor de excedentes ("de mercadorias") de alimentos, como, por exemplo, milho, feijões e amendoim.

Estas características influenciaram a forma de integração do campesinato no mercado e as respectivas estruturas e sistemas de produção, a tecnologia, a introdução de novos factores de diferenciação social, entre comunidades, nas famílias e entre famílias. Por exemplo: a migração forçada reduz a capacidade produtiva, então baseada nos factores trabalho e terra, e altera a divisão social do trabalho no seio da família, passando a mulher a chefiar o agregado e a produção agrícola.

Em migrações de trabalho remunerado, regra geral, as poupanças são utilizadas para melhoria das condições de vida (sobretudo da habitação), compra de instrumentos de trabalho e assalariamento na exploração agrícola, aumentando a capacidade de produção (superfície trabalhada) e da produtividade; estas famílias com emigrantes (dependendo também no número de anos e dos destinos da emigração) tiveram um processo de mobilidade social ascendente, passando a ser as famílias menos pobres nas respectivas zonas de origem. Essa realidade é perceptível, ainda actualmente, onde a agricultura familiar possui maiores produtividades e está mais integrada nos mercados de bens e de factores, como, por exemplo, Angónia e Alta Zambézia (migrações para as grandes plantações), Sul de Moçambique (migrações para a África do Sul), vale do Zambeze, entre outras.

2.4. De meados o século XX até à independência

A partir da instauração do Estado Novo em Portugal, assiste-se, sobretudo a partir da década dos anos 40, a uma reestruturação do capital em Portugal, caracterizada pelos seguintes aspectos principais, Mosca (2007)¹⁶: (1) inicia-se a industrialização de alguns sectores; (2) a agricultura, sobretudo no Sul, moderniza-se, passando de uma fase rendeira a um empresariado agrário; (3) a emigração para o Centro e Norte da Europa e Estados Unidos é "desviada" para as colónias; (4) perspectiva-se o império colonial com integração e divisão do trabalho dos territórios. Em termos de poder, emerge a influência dos industriais e do sistema bancário, substituindo as classes rendeiros e do capitalismo agrário do Sul (sobretudo do Alentejo). Politicamente, implanta-se um regime ditatorial, nacionalista e modernista (para a época), não obstante uma forte componente de nacionalismo económico.

¹⁶ Neste artigo, analisam-se as mudanças na política económica do Estado Novo e seus reflexos na política colonial, em particular em Moçambique.

As mudanças em Portugal têm importantes reflexos em Moçambique. O aumento rápido da população portuguesa implica a construção acelerada de cidades, vilas e infra-estruturas construídas com trabalho obrigatório (o "chibalo") e a retirada de pessoas (sobretudo de homens) dos seus agregados familiares e consequente reestruturação dos sistemas de produção agrícola, com eventual redução da produção, sobretudo no Sul (devido ainda, e de forma importante, à aceleração da emigração para a África do Sul¹⁷.

Emerge uma indústria destinada ao mercado interno, sobretudo a de bens alimentares e de bebidas e, posteriormente, a indústria metalo-mecânica para o mercado interno e exportação. A industrialização pretendia satisfazer demandas de novos hábitos alimentares devido à imigração e à crescente urbanização, como também para a redução do défice da balança comercial. Por isso, foi designada a indústria de substituição de importações¹⁸. Alguns sectores industriais estavam relacionados com a agricultura, a jusante, como moageiras, descasque de arroz, fábricas de rações, sumos, e, a montante, com alfaias, atrelados, carroçarias, mistura de fertilizantes e de pesticidas, entre outras.

No meio rural, o alargamento da rede comercial rural foi acompanhado pela pequena indústria de transformação, fornecimento de insumos e de bens industriais, comercialização de excedentes, etc. Isto é, por um lado, os comerciantes asseguravam a comercialização de excedentes estimulando o aumento da produção pela via de criação de mais procura de bens que melhoravam as condições de produção e o nível e qualidade de vida, assim como, de bens simbólicos de prestígio e poder (a bicicleta e os rádios portáteis são exemplos dessa realidade). Estava em curso uma economia local articulada.

Paralelamente, uma parte da imigração destina-se à agricultura, com a construção de colonatos, onde agricultores portugueses produziam essencialmente bens de consumo das cidades, em consequência do aumento da procura de bens não tradicionalmente produzidos pelos camponeses, como são os casos do arroz, pão de trigo, algumas hortícolas e produtos cárnicos¹⁹.

Os colonatos surgiram, em várias partes de Moçambique, a partir de princípios da década dos anos 50, com incentivos para que soldados recrutados em Portugal continuassem em Moçambique depois do fim do serviço militar. Nestes colonatos foram incluídos, mesmo que em condições menos favoráveis, agricultores moçambicanos, escolhidos de entre as elites locais. Mais tarde, alguns destes colonatos tinham também o objectivo de dificultar o alastramento da guerra de libertação, como são os casos, por exemplo, de Montepuez, Lichinga, Unango e Gorongosa.

Há assim, uma alteração nos sistemas produtivos acompanhada de intensificação do capital, sobretudo em infra-estruturas de regadio (em alguns colonatos), máquinas, sementes melhoradas e insumos químicos. Assiste-se ao aumento rápido da produção de bens de consumo para o mercado interno, sobretudo para as cidades. Com a inclusão de agricultores moçambicanos, aprofunda-se a estratificação social pré-existente e pretendia-se a consolidação de uma elite burguesa local, apoiante do regime, e,

¹⁷ Depois da década dos anos cinquenta do século XX, existiam na África do Sul em redor de 100 a 120 mil trabalhadores moçambicanos. Em termos de percentagem da população activa dos locais de origem, houve distritos onde a emigração representou cerca de 20%. Após a independência, sobretudo a partir de 1976, o número de emigrantes baixou drasticamente para cerca de 40 mil. Esta redução foi motivada a opções da parte da África do Sul (empresas mineiras e, consequentemente, empresas de recrutamento). Alternativamente, o recrutamento deslocou-se para a então Rodésia do Sul e Malawi. Para uma leitura detalhada sobre a emigração para a África do Sul, veja Centro de Estudos Moçambicanos (1998), *O Mineiro Moçambicano. Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*.

¹⁸ Acerca do processo de industrialização na fase final do período colonial, veja Leite (1989)

¹⁹ Os colonatos no rio Limpopo construídos a partir de princípios dos anos 50 do último século (embora projectado entre 1924 e 1925) incluíam colonos portugueses e moçambicanos, seleccionados de entre as elites locais (embora em condições diferenciadas), para a produção de arroz, hortícolas e produtos pecuários transformados (João Mosca, 2005, *Economia de Moçambique, século XX*, Instituto Piaget. Lisboa.

como se dizia, uma missão civilizacional e de uma Nação²⁰. A presença portuguesa no meio rural aumenta também como forma de ocupação do território.

As grandes plantações alargaram-se no espaço, em tamanho e culturas praticadas, sobretudo de algodão, açúcar, chá e outras, para fornecimento de matéria-prima para a indústria têxtil portuguesa. A mão-de-obra para estas companhias era designada de “contratados” (recrutamento compulsivo, realizado pelos cipaios com apoio dos régulos e fumos). A grande maioria do trabalho era sazonal. Nesses períodos, os trabalhadores viviam, em acampamentos com más condições de alojamento. Este regime de assalariamento, correspondia às necessidades de mão-de-obra associada a uma opção de tecnologia semi-intensiva em capital (por exemplo, com investimento em máquinas somente para as operações culturais não realizáveis manualmente à escala das empresas, como é o caso das lavouras). As famílias dos “recrutados/contratados” permaneciam nos locais de origem e produziam para o sustento da família, o que permitia a prática de baixos salários e a desnecessária modernização tecnológica (por exemplo, máquinas para colheita do algodão e do açúcar). Nasce o que se designa por semi-proletariado agrícola que mantém a exploração agrícola familiar como principal fonte de rendimento da família.

A economia de Moçambique cresceu na última década antes da independência²¹. Este crescimento económico foi sustentado pelo impulso das exportações em resposta à demanda da indústria portuguesa e dos investimentos realizados devido à guerra colonial, que incentivaram a industrialização de substituição de importações, acelerou a imigração portuguesa que gerou o aumento da produção agrícola nos colonatos e das culturas de exportação (caju, algodão, chá, e cereais – milho). Contribuiu também a crescente integração do campesinato nos mercados, a construção de infra-estruturas, algumas das quais para reforço da resistência à guerra (por exemplo, a barragem de Cahora Bassa, estradas nacionais e crescimento urbano), e uma maior implantação de vilas com colonização portuguesa.

O crescimento económico em Moçambique, a partir de finais da década de 50, começou a ser sobretudo de capital acumulado em Moçambique, o que coincidiu com a emergência de vários bancos. Os primeiros conflitos de interesses do capital acumulado em Moçambique e os metropolitanos começaram a surgir, por exemplo, com a especialização produtiva entre os territórios do império (sobretudo entre Portugal, Angola e Moçambique), entre a industrialização do algodão e as exportações, a proibição da produção de vinha nas colónias ou a divisão entre a produção de chá em Moçambique e de café em Angola.

O “pacto colonial”²² regulava um conjunto das actividades na metrópole e impunha relações comerciais entre os territórios em detrimento de outros parceiros comerciais, limitava a actividade económica das elites coloniais, previa balanças comerciais positivas de acordo com a procura da economia em Portugal e orçamentos do Estado não dependentes de recursos da metrópole. Era uma regulação da economia de modo a proteger e beneficiar a transferência de recursos para Portugal e dinamizar a indústria

²⁰ Segundo Morais (1960), citado em Mosca (1988: II.2), “a obra de irrigação do Limpopo destina-se à colonização, entendida esta obra de povoamento pela valorização da população portuguesa, branca e negra e as suas actividades. Feita sem preconceitos de raça e com o pensamento dirigido à unidade nacional secularmente iluminada pela doutrina de Cristo que criou e robusteceu a convivência fraterna do mundo plurirracial português”. O mesmo autor acrescenta: “Nela há lugar para todos. É uma obra em que a vida em conjunto de brancos e pretos será fraternalmente ligada pelo anseio de engrandecimento espiritual e material da Nação. ... Somos todos habitantes de uma única Nação e temos todos de participar os benefícios da obra de bem comum empreendida pelo Estado no vale do Limpopo.

²¹ O crescimento da economia na década dos anos sessenta aconteceu sobretudo nos seguintes sectores (valores médios anuais entre 1960 e 1970): electricidade (14,7%), indústria de alimentação e bebidas (10,5%), indústria química e metalúrgica, com 7,6% e 7,3% respectivamente. A construção subiu também de forma significativa (6,4%), Mosca (2005).

²² Veja Leite (1989).

portuguesa com acesso a matérias-primas de forma não concorrencial. Estes, e outros aspectos de natureza política, fizeram emergir os primeiros indícios de insatisfação no seio da burguesia colonial, tendo ganho motivação com a independência unilateral da Rodésia do Sul e, posteriormente, de forma mais aberta, após o 25 de Abril em Portugal, com o surgimento de grupos políticos que reivindicavam a independência com ou sem entendimento com a Frelimo²³.

O crescimento económico caracterizava-se, neste período, essencialmente por ter um elevado grau de endogeneidade (prioridade do mercado interno e equilíbrio das contas nacionais externas e do orçamento do Estado), com a integração no espaço português e na zona Austral de África, relações intersectoriais desenvolvidas, acumulação fundamentalmente interna. A economia assentava nos sectores de serviços ferro-portuários e transferências dos emigrantes, na indústria de substituição de importações, na agricultura familiar em transformação para a integração do mercado e na modernização do sector privado agrário vocacionado para as exportações. Era uma economia estratificada racialmente e com uma crescente integração dos moçambicanos, alargando as bases de apoio através da diferenciação social e do fenómeno de assimilação (os assimilados).

A estrutura agrária no fim do período colonial possuía as seguintes características principais: (1) um sector de pequenas explorações (sector familiar designado, então, de subsistência), que produzia a quase totalidade de bens essenciais alimentares e de *commodities* para transformação local e posterior exportação e para o abastecimento da indústria e das cidades; (2) o crescimento de médias e grande empresas produtoras de produtos de exportação; (3) um sector privado produtor de hortícolas para as cidades e de frutas com salas de selecção e embalagem (sobretudo de citrinos para exportação); (4) o início da modernização do sector empresarial com a crescente introdução de factores substitutos de mão-de-obra (máquinas e químicos), em consequência da abolição do recrutamento compulsivo de trabalho e aumento dos custos da mão-de-obra; (5) apesar do sector familiar trabalhar cerca de 99,8% da terra agricultada em 1970, o número e dimensão das grandes explorações aumentou durante o período a que se refere esta secção; (6) a emergência de uma agro-indústria (açúcar, caju, copra, fição de sisal, óleos e sabões, têxteis, etc.); (7) surgimento de uma importante rede comercial com funções múltiplas no quadro da criação de um tecido económico articulado no território.

Neste período (de 1940 até à independência), pode-se observar que a estrutura agrária manteve ou aprofundou as características em configuração desde finais do século XX e que houve ajustamentos em função das mudanças de políticas e estratégias de colonização e, sobretudo, da evolução do capitalismo em Portugal, da economia política do Estado Novo, da tentativa de criar o império colonial com especialização produtiva dos territórios, das pressões internacionais e da luta de libertação nacional. A estrutura agrária, e sua evolução, é coerente e funcional com o modelo de crescimento económico colonial. Este período pode ser designado como de "colonialismo tardio"²⁴, na medida em que, sem deixar de ser colonização, possuía características diferenciadoras daquelas que a narrativa se refere como fenómeno geral da colonização.

²³ Antes da independência havia movimentos que indicavam a possibilidade de uma independência branca em Moçambique, considerando-se Jorge Jardim como um dos "ideólogos" deste processo. Jardim possuía fortes relações com Salazar e com Kamuzo Banda, presidente do Malawi, considerado um aliado dos portugueses (o que justifica as dificuldades de mobilidade de membros da Frelimo naquele país durante grande parte da luta de libertação nacional). A conexão com o porto da Beira era a razão principal dessa aliança, ainda hoje motivo de algumas discussões diplomáticas sobre limites fronteiriços entre os dois países. Colocava-se, então, também a possibilidade de um Portugal como Estado Federado.

²⁴ Considera-se por colonialismo tardio a fase final (depois da década de 50 do século XX), momento em que se iniciaram reformas políticas e económicas em Portugal e nas colónias, motivadas pelo crescimento do capitalismo em Portugal e de alterações na estrutura social do poder, das pressões internacionais e do surgimento de movimentos independentistas em África.

2.5. Período da socialização do meio rural

Após a independência, e em particular com o III Congresso da Frelimo (1977), foi declarada a opção de uma via de desenvolvimento socialista, o que significava, essencialmente, em termos económicos: (1) uma economia de planificação central; (2) a estatização da economia de forma a tornar o sector estatal "dominante e determinante"²⁵; (3) a socialização do campo, através das empresas estatais agrárias ("propriedade de todo o povo"), da cooperativização, da construção das aldeias comunais e a consequente transformação dos camponeses em operários agrícolas ou em cooperativistas sem terra (propriedade do Estado) e sem posse individual de factores de produção de capital e onde os resultados produtivos e os benefícios monetários eram repartidos igualmente²⁶; (4) um Estado dirigido pelo Partido Frelimo de corte concentrador, centralizador, autoritário e de matriz militar²⁷.

Imediatamente após a independência, aconteceram intervenções e nacionalizações²⁸ de empresas e dos serviços aos cidadãos, da terra, e foi proibido o exercício de profissões liberais. O aparelho estatal para o planeamento da economia foi estruturado. Os preços de grande parte dos bens e serviços foram administrativamente definidos. As importações e exportações eram monopólios estatais de comércio externo e as divisas necessárias ou disponíveis eram rateadas em reuniões no Ministério do Comércio Externo e/ou Banco de Moçambique com a presença de representantes dos ministérios.

Foram criadas Células da Frelimo na maioria dos locais de trabalho e de residência, e o slogan de que o Partido dirige o Estado e a sociedade foi aplicado na maioria dos locais (incluindo nas empresas), com "invasão", por parte das estruturas partidárias e dos sindicatos da Frelimo (Conselhos de Produção, suposta organização sindical dos trabalhadores), das funções de direcção e de gestão empresarial. O populismo, uma das características ideológicas da Frelimo, teve expressão nas empresas e locais de trabalho através dos concelhos de produção, intrometendo-se, frequentemente, em decisões administrativas e de gestão. Inicialmente, perante a falta de quadros técnicos e a quantidade de empresas intervencionadas ou nacionalizadas, os CP tinham como missão principal evitar a "sabotagem económica", tornando-se, em muitos casos, uma caça às bruxas (os empresários). Para gerir essas empresas, foram criadas as Comissões Administrativas (CA), geralmente compostas por um gestor nomeado pelo Ministério de tutela (com maior ou menor formação para o efeito), um membro da Frelimo e um representante dos trabalhadores. Deste parágrafo, pode-se deduzir, salvo algumas excepções, acerca dos níveis de ineficácia e impreparação das CA para o desempenho das funções que lhes eram cometidas, por vezes em empresas de grande dimensão, acrescido da pouca delimitação selectiva dos âmbitos de intervenção

²⁵ Não existiu uma definição da expressão "dominante e determinante". Considerou-se como "dominante" no sentido de ser o sector estatal o que deveria possuir maior peso na oferta de um determinado bem ou serviço, e "determinante" como o sector que influenciava o desenvolvimento do sector e da economia no seu conjunto.

²⁶ A proletarianização e o cooperativismo com base em factores de produção não individuais constitui um dos paradigmas da transformação socialista, segundo os seus autores clássicos, como Karl Kautsky, na sua obra *A Questão Agrária*.

²⁷ O Estado moçambicano pós-independência e na fase da "experiência socialista" (1976-1986) foi inspirado no Estado socialista sintetizado na obra de Lenine *O Estado e a Revolução*.

²⁸ As primeiras nacionalizações foram anunciadas, em comício, no dia 24 de Julho. O discurso de então enquadrava as nacionalizações como parte do combate contra a exploração, eliminar os vestígios do colonialismo, edificação das bases materiais do socialismo, o poder do povo, etc. Com o tempo, aconteceu a privatização/desnacionalização (embora parcial) e alguns ex-donos, ou seus filhos, retomaram os patrimónios nacionalizados. A descontinuidade "socialismo" terminou e a rota da continuidade de longo prazo (re)iniciou a evolução.

Os objectivos e/ou os desafios de então eram assegurar o funcionamento, a produção e o emprego nas empresas abandonadas, muitas vezes com sabotagem e desvio de recursos (descapitalização). Neste contexto, e considerando o descrito no parágrafo anterior, os aspectos da rentabilidade e da eficiência empresarial eram secundarizados ou mesmo negligenciados. Estes aspectos foram agravados por rupturas no mercado de bens e serviços (assistência técnica ao equipamento, rede comercial rural, empresas de exportação e importação, sistema bancário, etc.).

Na agricultura, grande parte das empresas, de diferentes dimensões, foi intervencionada²⁹. A gestão, conforme referido, tinha dois objectivos: manter a produção e o emprego, independentemente dos resultados financeiros. As empresas funcionavam com orçamentos que, depois de aprovados pelo ministério de tutela, eram financiados pelo Banco Popular de Desenvolvimento (BPD), que alocava os valores numa conta em nome da empresa. Os créditos não eram reembolsados na totalidade, prevalecendo uma gestão orçamental, e as receitas eram depositadas na mesma conta (em regime despesas orçamentadas e de consignação das receitas). As empresas acumulavam prejuízos suportados pela banca e por políticas monetárias expansivas, nomeadamente a emissão de moeda. Os investimentos nas empresas eram realizados pelo Estado, sem estudos de viabilidade, e determinados, muitas vezes, pelos órgãos centrais de planificação. Isto é, as empresas operavam sem restrições financeiras (conhecido como orçamento "leve") e sem participação na definição do tipo de investimento (por exemplo, nas opções de natureza técnica do equipamento). Estes aspectos, não contribuíam para a necessária boa gestão financeira e busca de eficiência e rentabilidade. Os gestores tinham em mente, sobretudo, cumprir as metas de produção³⁰, independentemente dos resultados financeiros.

Os aspectos referidos no parágrafo anterior, entre outros, contribuíram para o aumento rápido da inflação³¹, afectando sobretudo os grupos sociais de rendimento mais baixo. Consequentemente, a demanda era superior à oferta o que agravou a inflação que, juntamente com o colapso da rede comercial (inclusivamente nas cidades em rápido crescimento), gerou economias informais crescentes, embora inicialmente proibidas e reprimidas policialmente. O comércio e outras actividades informais tiveram origem nas cidades (onde o desequilíbrio do mercado de bens alimentares era maior) e estendeu-se para o meio rural.

Em consequência do modelo económico e da gestão centralizada e burocratizada da economia, a alocação dos recursos era realizada pelo plano de forma administrativa. O mercado não oferecia grande parte dos insumos e bens de capital (fenómeno designado de "secagem" do mercado). A acumulação estava centrada no Estado por via das empresas estatais, secando, em grande medida, a possibilidade de acumulação, de investimento e de aquisição de matérias-primas e insumos.

²⁹ As empresas privadas agrárias, na medida das intervenções /nacionalizações, eram, com algumas excepções, por província, por um Gabinete de Apoio à Produção, que aglutinava funções de planeamento, financeiras e de contabilidade, logística, gestão de técnicos, distribuição da produção, entre outras. O volume de trabalho, a dispersão, a concentração a nível provincial, a burocratização dos processos, tornaram os Conselhos de Produção ineficazes. A gestão dos Gabinetes de Apoio excluía as empresas intervenções/nacionalizadas que se constituíram imediatamente como empresas estatais, como, por exemplo, a Emochá (que aglutinou as empresas produtoras de chá), a Boror (todos os palmares) e Mecanagro (empresa de prestação de serviços de máquinas), o gado bovino, a avicultura, entre outras.

³⁰ Os responsáveis das empresas (Gabinete de Apoio) e os Directores das Empresas Estatais tinham como objectivo primeiro o cumprimento das metas de produção quantitativas e assegurar o trabalho. As questões financeiras, de rentabilidade, a eficiência, pagamento dos empréstimos, etc., eram secundárias e, muitas vezes, não constituíam assunto de monitorização por parte dos órgãos de tutela (Unidades de Produção em relação aos Gabinetes de Apoio e destes e das empresas estatais) a uma Direcção Nacional (designada de Organização e Produção Colectiva - DINOPROC) do Ministério da Agricultura. Regra geral, existia a dupla subordinação (em relação à Direcção provincial de Agricultura e à Direcção Nacional. Porém, a relação com o Ministério era mais importante enquanto centro de decisão e de alocação de recursos.

³¹ Um dos objectivos do Plano Económico e Social de 1992, tinha como objectivo reduzir a inflação de 35% em 1995 28% em 1992, em Comissão Nacional do Plano (1992): *Plano Económico e Social*. Maputo.

Os preços de grande parte dos bens eram definidos administrativamente, regra geral em níveis abaixo dos custos de produção. O objectivo era o abastecimento das cidades a preços baixos, para não agravar o custo de vida, manter os salários baixos para não agravar os défices financeiros das empresas e evitar conflitualidades nos centros urbanos.

O sector privado agrário, que se manteve a operar, atravessou grandes dificuldades de acesso a financiamento, a insumos e investimento em bens de capital (porque não existentes no mercado). O acesso tinha que ser através da inclusão dos recursos de cada empresa no Plano Estatal Central (PEC)³² e depois, obtido numa das empresas de prestação de serviços (empresa estatal importadora ou distribuidora especializada – máquinas agrícolas, insumos químicos, sementes, etc.).

A cooperativização teve pouca expressão no computo geral da agricultura. Não alcançou os dois por cento da produção agrária. Alguns casos, considerados como unidades cooperativas de sucesso, foram suportados pelo Estado, sobretudo em financiamento de campanha³³, investimentos em máquinas e meios de transporte, e em assistência técnica (como nas empresas estatais).

O sector familiar foi marginalizado da política agrária socialista, excepto quando em processo de transformação para operários, para a cooperativização ou, por via da comercialização de excedentes, numa evidente concepção extractivista e integração perversa do campesinato no mercado.

O programa de aldeias comunais pretendia criar aldeias e vilas no meio rural (“cidades no campo”), sendo estas a componente habitacional (vida colectiva) da base produtiva colectiva (as cooperativas e as empresas estatais). Este processo, era a tentativa de alargamento das experiências das zonas libertadas, havendo ainda os aldeamentos coloniais. Em ambos os casos, os aglomerados tinham como objectivo o controlo e instrumentalização da população. Primeiro (durante a luta de libertação nacional), para protecção dos guerrilheiros da Frelimo, acções de vigilância dos movimentos do exército português, transporte de material de guerra e produção na “machamba colectiva” destinada à produção de alimentos para as bases da Frelimo³⁴. Uma parte das aldeias comunais teve origem, ou foi uma continuidade, dos aldeamentos coloniais, que eram, essencialmente, aglomerados que pretendiam retirar a população da influência e apoio à Frelimo. Isto é, em ambos os casos, a construção de aldeias também como uma estratégia militar e de controlo da população. Vários autores escreveram sobre as aldeias comunais³⁵, afirmando que nelas se reflectia a estrutura social clânica, onde os régulos e chefes clânicos ocuparam os lugares-chave das estruturas partidárias/governamentais (os grupos dinamizadores³⁶) para, a partir das “estruturas”, terem acesso privilegiado a recursos, sobretudo de alimentos, para si e respectivos familiares.

³² O Plano Estatal Central (PEC), era o programa económico do Governo (anual), aprovado na Assembleia Popular (designação do Parlamento durante a Primeira República), e continha as principais metas e indicadores de produção e produtividade, a logística, o investimento, as exportações e importações, o crédito de funcionamento, entre outros aspectos, sobretudo do sector estatal e dos ministérios económicos e sociais. Os planos eram elaborados a partir das empresas, aprovados, numa primeira instância, ao nível provincial (Direcções Provinciais) ou pelos Ministérios, conforme fossem de subordinação provincial ou central. Os planos ministeriais eram concentrados e “compatibilizados” na Comissão Nacional do Plano (à semelhança do Gosplan soviético), aprovado em Conselho de Ministros e, finalmente, na Assembleia Popular.

³³ As despesas realizadas pelas empresas estatais para as campanhas agrícolas eram financiadas, regra geral, pelo então Banco Popular de Desenvolvimento (BPD). A conta aberta em nome da Empresa Estatal ou do Gabinete de Apoio funcionava em regime de execução orçamental, sem prestação de contas e com reembolsos na medida das receitas (consignadas).

³⁴ Documentos da Frelimo, editados antes da independência, revelam o envolvimento das populações nas zonas libertadas na produção agrícola para alimentar própria família e para os guerrilheiros do movimento de libertação. Eram então designadas machambas colectivas.

³⁵ Por exemplo, Casal (1988).

³⁶ Imediatamente após a independência, a Frelimo estruturou os Grupos Dinamizadores (GD) que se transformaram em células do partido Frelimo após o III Congresso em 1977. Os GD tinham como funções a difusão da “linha política da Frelimo” (“trabalho ideológico”), a mobilização dos cidadãos para tarefas partidárias e governamentais, a organização de “grupos de vigilância” nos bairros, entre outras.

Depois de alguma recuperação produtiva, devido à crise resultante da descolonização acelerada e à saída dos empresários agrícolas e de agentes económicos da cadeia produtiva, iniciou-se algum crescimento da produção de alguns produtos (chá, copra, algodão, avicultura,) a partir de 1978/79. Em princípios da década de oitenta (1982/83), emerge uma nova crise, cujos factores foram essencialmente: (1) o conflito armado com destruição de infra-estruturas, deslocados e exilados/deslocados de guerra, instabilidade política, militar e social; (2) desadaptação do modelo socializante às realidades; (3) radicalização, rapidez e erros de implementação das medidas relacionadas com o modelo; (4) crise dos países socialistas e consequente efeito sobre o nível de cooperação que constituía o suporte financeiro de muitos projectos de transformação da economia e do sector agrário; e, (5) agressividade externa (com apoio da então Rodésia do Sul e da África do Sul, na criação, organização, logística e angariação de apoios e simpatias internacionais para a RENAMO; e, (6) corte de relações diplomáticas e económicas com alguns países ocidentais e, em particular na região, com a África do Sul e a Rodésia do Sul.

Em resumo, pode-se afirmar que o período socialista com um planeamento central e uma estatização rápida e radicalizada na sua implementação (além dos factores políticos e militares acima mencionados), não alterou a estrutura agrária, criou disfunções no funcionamento do tecido económico e gerou rupturas nos mercados. Grande parte do tecido empresarial agrário mudou a natureza do "patronato" (de privado para estatal), sem alteração substantiva nas tecnologias e nas relações de produção (entre o capital e o trabalho). O sector familiar não se transformou em operariado agrícola ou em cooperativistas, e as aldeias comunais não alcançaram os objectivos pretendidos, considerando a insignificante alteração da base produtiva. O sector privado "remanescente" manteve, na essência, as suas lógicas reprodutivas, não obstante a "secagem" dos mercados de capital (equipamento e crédito) e de insumos, e as dificuldades de acumulação e investimento derivadas do funcionamento da economia centralizada. A terra foi nacionalizada (já era do Estado no período colonial, com concessões privadas), sem que isso se reflectisse em maior segurança do uso e posse do solo e sem corresponder às expectativas dos camponeses de recuperação das suas terras ancestrais, ou acesso a mais terra como propriedade privada. Pode-se considerar que neste período mantiveram-se as características estruturais e os níveis de modernização. Foi um período de rupturas que criaram descontinuidades de curto prazo na evolução existente nos períodos anteriores (modernização, aumentos de produtividade, integração do campesinato nos mercados crescentemente alargados espacialmente, mudanças nas estruturas produtivas em função de novas procuras de bens de consumo, entre outras). As empresas estatais não tiveram capacidade de substituir o sector privado intervencionado ou nacionalizado, provocando rupturas dos mercados e ocorreu o falhanço do padrão de acumulação centrado no Estado. Nas empresas estatais predominavam gestões politizadas cujas comissões administrativas cumpriam as orientações e decisões superiores, independentemente dos critérios e lógicas empresariais.

2.6. Período da reabilitação económica e economia de mercado

O Programa de Reabilitação Económica (PRE) teve início formal em princípios de 1987³⁷. Foi um programa “sugerido”/“imposto” pelas Instituições de Bretton Woods (IBW), designado, então, por Programa de Ajustamento Estrutural. Foi implementado de forma rápida (sequência e tempos das medidas) e com grande amplitude (variações de grande dimensão e percentualmente das “variáveis instrumento”³⁸, para alcançar os seguintes objectivos: redução da inflação, desvalorização da moeda nacional e défice público, para assegurar a redução das despesas públicas, o tamanho e a importância do Estado e das empresas públicas na economia, estimular as exportações e dificultar as importações para o equilíbrio das contas externas. Na economia real, as privatizações e a liberalização dos mercados e preços foram as principais medidas para equilibrar a oferta e procura, estimulando a produção com o fim dos preços administrativos e a prática de preços superiores aos então impostos. Os salários reais baixaram nos primeiros anos. Em consequências destas medidas e seus efeitos, o custo de vida aumentou, por efeito dos preços, e o poder de compra do metical baixou (devido à inflação e à evolução dos salários). Em resumo, a economia real atravessou uma forte recessão, desemprego e custos sociais elevados, sobretudo dos mais pobres.

A rapidez e amplitude das medidas provocou, em muitos casos, um aumento da crise. O tecido empresarial foi reconstituído com privatizações, que não recuperaram a produção, a eficiência e competitividade, e nos mercados foram estabelecidos equilíbrios, por motivos de variações dos preços (aumento) e perda do poder aquisitivo da maioria da população, principalmente da urbana e dos mais pobres. Isto é, os equilíbrios dos mercados foram estabelecidos “em baixa” da oferta e da procura (com excepção de poucos produtos).

O padrão de acumulação centrado no sector estatal da economia foi desarticulado e não substituído por um padrão privado, eficiente e competitivo, localizado nas zonas rurais (também nas cidades), e aí reinvestido.

Para a agricultura, os produtores beneficiaram da comercialização liberalizada e da subida temporária dos preços. As importações foram parcialmente dificultadas a curto prazo, devido à desvalorização, beneficiando os produtores nacionais/exportadores de alguns produtos (principalmente de hortícolas e frutas), mas não os consumidores. As empresas estatais foram privatizadas de forma politizada, beneficiando as elites partidárias urbanas, sem experiência empresarial e na agricultura, tendo como lógica a especulação em termos de expectativas futuras em parceria (sociedade) com o capital estrangeiro, reserva de terras, ou outros fins. As produções das principais culturas praticadas anteriormente, incluindo pelas empresas estatais, baixaram a produção (em alguns casos de forma acentuada, como o chá, copra, arroz, batata e cebola, entre outras), devido aos critérios não económicos das privatizações.

³⁷ Mosca (1989 e 2005) faz uma análise do modelo económico socialista, da implementação das medidas e da evolução da economia entre 1976 e 198. Refere as razões internas (contexto nacional e factores intrínsecos ao modelo, sua adaptabilidade às realidades e métodos de implementação) e externas (regionais, guerra-fria, opções diplomáticas e de cooperação internacional do Governo).

³⁸ Considera-se de “variáveis instrumento” aquelas que, em gestão económica (fiscalidade, taxas de juro e de câmbio, etc.), são utilizadas para se alcançarem as variáveis objectivo (isto é, quais os equilíbrios económicos pretendidos, como inflação, equilíbrio orçamental e das contas externas, etc.).

Muitos recursos financeiros foram canalizados para fazer emergir novos “empresários”³⁹, cujos processos estão plenos de incumprimentos de reembolso dos empréstimos e corrupção. Os casos do Banco Austral e o assassinato de Siba-Siba Macuácuca são os expoentes dessas práticas de fraude, gangsterismo, falta de transparência e crime. Outros fundos públicos de empréstimos a taxas de juro muito baixas e cujos beneficiários, não só não pagaram os créditos, como não utilizaram os recursos para os fins a que se destinavam. Inicia-se a formação de uma classe de empresários políticos (ou políticos empresários), com promiscuidades entre o público e o privado, a instrumentalização do Estado para fins de negócios de grupos de interesse e a funcionalidade da corrupção no funcionamento da economia e nas decisões de políticas públicas.

Surgiram comerciantes especuladores e temporários para a compra de bens agrários exportáveis. O caju é um exemplo paradigmático, tendo surgido comerciantes paquistaneses e indianos que somente operavam na época da colheita (imigrantes económicos sazonais), em concorrência vantajosa com as empresas e comerciantes nacionais. Possuíam capital para a comercialização, conhecimento dos circuitos de exportação e dos preços internacionais, beneficiavam da permeabilidade das autoridades locais e ausência ou debilidade da regulamentação e poder regulatório do Estado. Esta actividade foi possível devido à “sugestão”/“imposição” do Banco Mundial, juntamente com interesses internos favoráveis à exportação da castanha sem industrialização. A indústria do caju faliu⁴⁰ e a quase totalidade do caju foi exportada sem alguma industrialização.

O PRE provocou uma grande desindustrialização das cadeias de valor dos principais produtos agrários. Além do caso do caju, semelhantes evoluções aconteceram com o chá, copra, óleos, fiação de algodão e têxteis, pequenas moageiras e milho no meio rural. Em alguns casos (indústria têxtil, óleos e copra), a paralisação foi total e, em outros (algodão), houve uma importante redução da produção e encerramento de fábricas de descarocamento. A pequena agro-indústria rural foi praticamente paralisada. Muitas infra-estruturas e equipamentos fabris encontram-se em estado de abandono e em ruínas.

³⁹ A privatização de empresas estatais (anteriormente nacionalizadas) consistiu na venda pelo Estado a preços irrisórios favorecendo as elites políticas da Frelimo. Aconteceram créditos jamais reembolsados (o caso paradigmático do Banco Austral e fundos canalizados por instituições do Estado). Existiram fundos avultados para apoiar a privatização, tendo-se verificado que os créditos se destinaram principalmente para a compra de bens de consumo e não para investimentos, Hanlon (2002:57). O Banco Mundial concluiu que cerca de 90% destes créditos não foram devolvidos (Feliciano, 1996). O FARE (Fundo de Apoio à Reabilitação da Economia), lançado em Agosto de 1996, utilizou parte das receitas provenientes das privatizações para a promoção do desenvolvimento de microempresas.

⁴⁰ “O caju foi a principal fonte de receitas em divisas⁴⁰, um importante sector empregador na indústria transformadora (com cerca de 10 mil trabalhadores em 1977) e uma fonte de rendimentos para os camponeses; a comercialização do caju representava uma actividade destacada do comércio rural de vastas zonas do país⁴⁰. Moçambique era, na década dos anos 70, o primeiro produtor com cerca de 60% do total mundial. O circuito da castanha entre Moçambique e a Índia foi interrompido no período 1975-1991 em consequência da proibição por lei da exportação⁴⁰.Carlos Cardoso escreveu: ‘Sempre que o assunto caju vem ao de cima, o governo e o Banco Mundial agarram-se a uma bóia: sim dizem os dois, as fábricas fecharam, oito mil trabalhadores perderam o emprego, algumas vilas paralisaram, a balança de pagamentos sofreu substancialmente, a indisciplina entrou no sector e destruiu a boa qualidade da nossa castanha, sim tudo é verdade, mas a liberalização produziu um preço cada vez mais alto ao apanhador, beneficiando um milhão de camponeses. Era isso que o dogma dizia, era isso que a realidade era suposto demonstrar. Mentira ... A liberalização redundou num preço cada vez mais baixo ao apanhador’”, em Fauvet e Mosse (2004: 466)”, em Mosca (2005). Sobre a evolução do caju, veja Leite 1999) e

As lojas de comércio rural (designadas de "cantinas"), existentes antes da independência, foram abandonadas e, em seu lugar, criou-se a empresa Lojas do Povo⁴¹. No período socialista, o comércio rural foi parcialmente mantido e sujeito à distribuição administrativa dos bens de consumo. As relações comerciais foram desenvolvidas por actividades informais que não desempenham o conjunto de funções da rede comercial rural, como, por exemplo, o fornecimento de insumos, a comercialização agrícola e a promoção da pequena agro-indústria local e crédito. As relações campo-cidade não foram, em grande medida, restabelecidas.

A partir de princípios do século XXI, existiram importantes investimentos externos na agricultura, sobretudo na comercialização de excedentes e na implantação do agronegócio assente no sistema de subcontratação (*out grower*). Apresentam-se os seguintes exemplos: (1) no açúcar, existiram investimentos em grandes empresas de monocultura e na primeira transformação que beneficiavam dos acordos de comércio preferencial no âmbito dos acordos entre a União Europeia (UE) com a maioria dos países de África, Caribe e Pacífico (ACP); (2) houve investimento na indústria do caju, com a instalação de indústrias de pequena e média dimensão, com tecnologia menos intensiva em capital, de menor escala e implantadas nas zonas produtoras da castanha; as indústrias de menor dimensão foram saindo do mercado devido à falta de competitividade em relação às indústrias de maior escala; (3) existiram importantes investimentos na produção de tabaco, com uma primeira transformação que permite a exportação da folha seca; (4) na cultura do algodão, com investimentos de vários grupos económicos, incluindo os que operavam no período colonial.

O sistema de agro-negócio que mais tem florescido é o da subcontratação, pelas seguintes razões: (1) não existem conflitos de terra ou de trabalho; (2) minimizam o investimento das empresas na produção primária, aquela que possui mais riscos e maior dispêndio de capital; (3) os riscos da flutuação dos preços recaem, sobretudo e em última instância, nos produtores primários. Do lado dos produtores contratados, a subcontratação: (1) aumenta as rendas; (2) aumenta as áreas de cultivo, o que representa, também, poder nas relações sociais; (3) gera desigualdades sociais devido ao assalariamento para trabalho em maiores áreas; (4) maior acesso e utilização de insumos, que permitem aumentar a produtividade de outras culturas; (5) maior integração nos mercados.

Uma das questões essenciais é a discussão dos preços dos produtos. A flutuação dos mercados internacionais e a compra, ou não, da produção contratada surgem periodicamente em função do mercado externo. O controlo de qualidade da produção vendida nos mercados de compra da produção pelos contratantes e das pesagens têm constituído factores de conflito. Em resposta, os camponeses organizam-se em associações para um maior equilíbrio de negociação, exigem conhecer a qualidade dos seus produtos e os respectivos preços, e impõem balanças electrónicas para conhecimento e redução dos desvios na pesagem no momento da compra.

Existiram ainda projectos de cooperação para o fomento e produção de culturas. É o caso da soja que teve importantes efeitos na cadeia de valor avícola, mas cuja sustentabilidade não está assegurada com a eventual retirada da cooperação. Este projecto apoia os produtores de média escala, através da comparticipação em investimento em equipamentos, crédito bonificado, assistência técnica, e estabelecimento de relações comerciais entre os diferentes elos da cadeia de valor.

⁴¹ As Lojas do Povo procuravam gerir as centenas de pequenos estabelecimentos espalhados por todo o país de forma centralizada, o que se revelou impraticável. Foi extinta ao fim de poucos anos de funcionamento, Mosca (2005). Leite (1999: 4), afirma que em "1982/83 cerca de 5.000 retalhistas asseguravam com sucesso a comercialização agrícola. ... A agudização da guerra nas zonas rurais levará à destruição desta rede retalhista, estimada em finais da década de 80, em menos de 2.000 unidades. Deste modo, grande parte da rede comercial rural foi destruída duas vezes em menos de dez anos".

Porém, muitos investimentos no agro-negócio, sobretudo com investimentos na produção primária, não tiveram êxito. São os casos do açúcar e etanol em Massingir, no chá, em várias empresas de algodão, nas florestas, entre outras. A "colonização" de zimbabueanos e sul-africanos nas províncias de Manica, Niassa e Maputo não atingiu os objectivos e a maioria dos agricultores retiraram-se de Moçambique. São apresentadas como causas principais, as seguintes: (1) débil e pouco eficaz tecido empresarial de apoio à produção (assistência técnica ao equipamento, fornecedores de insumos, transformação da produção e mercados não exigentes da qualidade de bens diferenciados; e (2) aspectos institucionais, como fiscalizações arbitrárias e corrupção.

Os camponeses mantiveram-se marginalizados, provocando baixas de produção e rupturas nos circuitos comerciais e, em consequência, a procura de alimentos, sobretudo nas cidades, foi satisfeita por crescentes importações que agravaram, de forma continuada, o défice da balança comercial agrícola.

Com a penetração do agro-negócio, os camponeses tiveram diferentes estratégias de integração. A primeira, foi a produção de *commodities* para exportação com os seguintes benefícios: (1) aumento da renda; (2) mais capacidade de aquisição de bens não agrícolas; (3) mais acesso aos serviços devido ao aumento da renda; (4) acesso a insumos para aplicação em outras culturas e aumento da produtividade. Em contrapartida, vários efeitos negativos podem acontecer, como, por exemplo: (1) possibilidade de perda de produção alimentar e consequente agravamento da insegurança alimentar, excepto se esses bens passarem a ser adquiridos no mercado através do acréscimo de renda obtida na produção de *commodities*; (2) necessidade de abertura de novas áreas e possibilidade de se gerarem conflitos de ocupação do solo, assalariamento e migrações, incluindo imigrações sazonais de mão-de-obra de países vizinhos (para os momentos de maior necessidades de trabalho); (3) efeitos ambientais provocados pelo desmatamento para abertura de novas áreas de produção; (4) aumento das desigualdades sociais e conflitos locais.

As estatísticas revelam que a pobreza se mantém elevada (com maior incidência no meio rural comparativamente com as cidades). A produção por habitante diminui, as desigualdades sociais acentuam-se e o número de pobres aumenta. Tráficos de recursos naturais (sobretudo madeira, marfim, cornos de rinoceronte e mineração) constituem negócios para as elites locais em alianças com traficantes nacionais relacionados com estrangeiros, que exportam esses, bens e, por outro lado, pessoas que participam nessas actividades em condições sub-humanas. As economias informais crescem e constituem o suporte da vida de grande parte das famílias.

A economia familiar está cada vez mais diversificada com a pluriactividade agrícola, assalariamento, negócios informais e/ou ilícitos, migrações temporárias ou de longo prazo, etc. Como consequência, a área média por exploração diminui, a produtividade por hectare na maioria das produções não se altera significativamente, os excedentes de produção e a comercialização baixam, os recursos naturais são explorados de forma não sustentada nem em benefício das comunidades. Em síntese, o rendimento das famílias com base na produção agrária diminui e surgem várias outras formas de obtenção de rendimento.

Em resumo, pode-se afirmar que no período pós liberalização mantiveram-se ou recuperaram-se características anteriores ao período "socialista" e persistem elementos caracterizadores dos anos anteriores e após a independência. Destacam-se os mais importantes: (1) o sector familiar manteve-se marginalizado ou perversamente integrado no mercado, enquanto produtor de excedentes e fornecedor de mão-de-obra, e através do extractivismo da subcontratação e da comercialização de excedentes, considerando os preços reais praticados ao longo do tempo e das cadeias produtivas; (2) o sector empresarial do Estado foi privatizado e o sector privado manteve-se concentrado nos produtos de exportação; (3) o sistema de *out grower* ganhou maior dimensão; (3) o padrão de acumulação voltou a ser privado, porém ainda com baixa capacidade de criar poupanças e investimento interno; (4) a produção alimentar não satisfaz a procura interna que é deficientemente satisfeita por importações.

As políticas públicas, depois da independência, têm sido claramente penalizadoras da agricultura e, em particular, dos pequenos produtores e da produção alimentar. Substancia esta afirmação, a alocação de recursos orçamentais para a agricultura, o crédito baixo e decrescente para o sector agrário, a baixa cobertura da rede de extensão rural, os poucos recursos afectos à investigação técnica e às áreas das ciências sociais, ineficazes políticas fiscais e de protecção, subsídios pouco acessíveis, em termos administrativos e de procedimentos, abrangendo somente as empresas com organização contabilística (grandes e algumas médias), importação de equipamento e de insumos muito variável ao longo dos anos, assistência técnica deficiente ao equipamento, entre outras.

BIBLIOGRAFIA

ABBAS Máriam (2014). Competitividade do subsector do caju em Moçambique. *Observador do Meio Rural*, Nº 17. Observatório do Meio Rural (OMR). Maputo.

CAPELA, José (1988). *A República Militar da Maganja da Costa, 1862-1898*. 2ª Edição. Afrontamento. Porto.

CAPELA, José (1991). "O apriorismo ideológico na história de Moçambique". Em *Moçambique, 16 anos de Historiografia*. Maputo, colecção Painel Moçambicano, pp.73-78

CAPELA, José (1995). *Donas, Senhores e Escravos*. Afrontamento. Porto.

CASAL, Adolfo Yánez (1988). "A Crise da Produção Familiar e as Aldeias Comuns em Moçambique". *Revista Internacional de Estudos Africanos*, N.ºs 8 e 9.

CENTRO DE ESTUOS MOÇAMBICANOS (1988). *O Mineiro Moçambicano. Um estudo sobre a exportação de mão-de-obra em Inhambane*. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

FELICIANO, José Fialho (1996). "Empresários e memória social: percursos em Moçambique 1983/93". *Economia Global e Gestão*, n.º 2/96, pp. 23-43.

LEITE, Joana H. M. F. P. Pereira (1989). *La formation de l'économie coloniale au Mozambique. Pacte coloniale et industrialisation: du colonialisme portugaise au réseaux informels de sujétion marchande – 1930/1974*. Tese de Doutoramento. Paris, Grenoble, Hautes Etudes des Sciences Sociales

LEITE, Joana Pereira (1999). *A Guerra do Caju e as Relações Moçambique-Índia na Época Pós-Colonial*. Documento de Trabalho n.º 57, CESA, Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento UTL, ISEG. Lisboa.

HANLON, Joseph (2002). "Bank Corruption Becomes Site of Struggle in Mozambique". *Journal of African Political Economy*, nº 91, pp. 53-68.

MOSCA, João (1988): *Contribuição para o estudo do sector agrário do Chókwè*. Partes I, II, III e IV. Maputo, Ministério da Agricultura, mimeografado.

MOSCA, João (1999), "A experiência socialista em Moçambique, 1975-1986". Instituto Piaget. Lisboa.

MOSCA João (2005). *Economia de Moçambique, século XX*. Instituto Piaget. Lisboa.

MOSCA, Joao (2007). *Salazar e a Política Económica do Estado Novo*. Lusíada. História, Série II, Número 4. Lisboa.

WUYTS Marc (1978a). "Camponeses e Economia Rural em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, n.º 1. Centro de Estudos Africanos. Maputo.

WUYTS Marc (1978b). "Economia Política do Colonialismo em Moçambique". *Estudos Moçambicanos*, Nº1 Centro de Estudos Africanos. Maputo.

LISTA DOS TÍTULOS PUBLICADOS PELO OMR DA SÉRIE OBSERVADOR RURAL

Nº	Título	Autor(es)	Ano
110	Política Monetária do Banco de Moçambique: Qual É O Gato Escondido?	João Mosca	Abril de 2021
109	Caracterização e organização social dos machababos a Partir de discursos de Mulheres raptadas	João Feijó	Abril de 2021
108	Moçambique e a Importação do Carapau: Um desafio sem Alternativas (!)	Nelson Capaina	Março de 2021
107	Por Uma política Monetária Ajustada à Economia Real em Contexto de Crise: Humanidade e Sabedoria	Fáusio Mussá, Roberto Tibana, Inocência Mussipe Coordenador: João Mosca	Março de 2021
106	Comércio Externo e crescimento económico em Moçambique	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Yulla Marques	Março de 2021
105	Macroeconomia das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Fevereiro de 2021
104	Influência de factores institucionais no desempenho do sector agrícola em Moçambique	João Carrilho e Rui Ribeiro	Fevereiro de 2021
103	Evolução de preços e bens alimentares em 2020	Yulla Marques e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2021
102	Contributo para o planeamento e Desenvolvimento de Cabo Delgado	João Mosca e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
101	Desenvolvimento socioeconómico de Cabo Delgado num contexto de conflito	João Feijó, António Souto e Jerry Maquenzi	Fevereiro de 2021
100	Caracterização do sector das pescas em Moçambique	Nelson Capaina	Janeiro de 2021
99	Dificuldades de Realização de Pesquisa em Moçambique	João Feijó	Setembro de 2020
98	Análise de conjuntura económica 2º trimestre de 2020	João Mosca	Setembro de 2020
97	Género e desenvolvimento: Factores para o empoderamento da mulher rural	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2020
96	Micro-simulações dos impactos da COVID-19 na pobreza e desigualdade em Moçambique	Ibraimo Hassane Mussagy e João Mosca	Julho de 2020
95	Contributo para um debate necessário da política fiscal em Moçambique	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
94	Economia de Moçambique: Análise de conjuntura pré COVID-19	João Mosca e Rabia Aiuba	Junho de 2020
93	Assimetrias no acesso ao Estado: Um terreno fértil de penetração do jihadismo islâmico	João Feijó	Junho de 2020
92	Implementação das medidas de prevenção do COVID-19: Uma avaliação intercalar nas cidades de Maputo, Beira e Nampula	João Feijó e Ibraimo Hassane Mussagy	Junho de 2020
91	Secundarização da agricultura e persistência da pobreza rural: Reprodução de cidadanias desiguais	João Feijó	Mai de 2020
90	Transição florestal: Estudo socioeconómico do desmatamento em Nhamatanda	Mélica Chandamela	Abril de 2020
89	Produção bovina em Moçambique: Desafios e perspectivas – O caso da província de Maputo	Nelson Capaina	Março de 2020
88	Avaliação dos impactos dos investimentos nas plantações florestais da Portucel-Moçambique na província da Zambézia	Almeida Sítio e Sá Nogueira Lisboa	Março de 2020
87	Terra e crises climáticas: percepções de populações deslocadas pelo ciclone IDAI no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
86	“senhor, passar para onde?” Estrutura fundiária e mapeamento de conflitos de terra no distrito de Nhamatanda	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2020
85	Evolução dos preços dos bens essenciais de consumo em 2019	Rabia Aiuba e Jonas Mbiza	Fevereiro de 2020
84	Repensar a segurança alimentar e nutricional: Alterações no sistema agro-alimentar e o direito à alimentação em Moçambique	Refiloe Joala, Máriam Abbas, Lázaro dos Santos, Natacha Bruna, Carlos Serra, e Natacha Ribeiro	Janeiro de 2020
83	Pobreza no meio rural: Situação de famílias monoparentais chefiadas por mulheres	Aleia Rachide Agy	Janeiro de 2020
82	Ascensão e queda do PROSAVANA: Da cooperação triangular à cooperação bilateral contra-resistência / The rise and fall of PROSAVANA: From triangular cooperation to bilateral cooperation in counter-resistance	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2019
81	Investimento público na agricultura: O caso dos centros de prestação de serviços agrícolas; complexo de silos da bolsa de mercadorias de Moçambique e dos regadios	Yasser Arafat Dadá, Yara Nova e Cerina Mussá	Novembro de 2019
80	Agricultura: Assim, não é possível reduzir a pobreza em Moçambique	João Mosca e Yara Nova	Outubro de 2019
79	Corredores de desenvolvimento: Reestruturação produtiva ou continuidade histórica. O caso do corredor da Beira, Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2019
78	Condições socioeconómicas das mulheres associadas na província de Nampula: Estudos de caso nos distritos de Malema, Ribaué e Monapo	Aleia Rachide Agy	Agosto de 2019
77	Pobreza e desigualdades em zonas de penetração de grandes projectos: Estudo de caso em Namanhumbir - Cabo Delgado	Jerry Maquenzi	Agosto de 2019
76	Pobreza, desigualdades e conflitos no norte de Cabo Delgado	Jerry Maquenzi e João Feijó	Julho de 2019
75	A maldição dos recursos naturais: Mineração artesanal e conflitualidade em Namanhumbir	Jerry Maquenzi e João Feijó	Junho de 2019

N°	Título	Autor(es)	Ano
74	Agricultura em números: Análise do orçamento do estado, investimento, crédito e balança comercial	Yara Nova, Yasser Arafat Dadá e Cerina Mussá	Maio de 2019
73	Titulação e subaproveitamento da terra em Moçambique: Algumas causas e implicações	Nelson Capaina	Abril de 2019
72	Os mercados de terras rurais no corredor da Beira: tipos, dinâmicas e conflitos.	Uacitissa Mandamule e Tomás Manhicane	Março de 2019
71	Evolução dos preços dos bens alimentares 2018	Yara Nova	Fevereiro de 2019
70	A economia política do Corredor da Beira: Consolidação de um enclave ao serviço do Hinterland	Thomas Selemane	Janeiro de 2019
69	Indicadores de Moçambique, da África subsaariana e do mundo	Rabia Aiuba e Yara Nova	Dezembro de 2018
68	Médios produtores comerciais no corredor da beira: dimensão do fenómeno e caracterização	João Feijó Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2018
67	Pólos de crescimento e os efeitos sobre a pequena produção: O caso de nacala-porto	Yasser Arafat Dadá e Yara Nova	Outubro de 2018
66	Os Sistemas Agro-Alimentares no Mundo e em Moçambique	Rabia Aiuba	Setembro de 2018
65	Agro-negócio e campesinato. Continuidade e descontinuidade de Longa Duração. O Caso de Moçambique.	João Mosca	Agosto de 2018
64	Determinantes da Indústria Têxtil e de vestuário em Moçambique (1960-2014)	Cerina Mussá e Yasser Dadá	Julho de 2018
63	Participação das mulheres em projectos de investimento agrário no Distrito de Monapo	Aleia Rachide Agy	Junho de 2018
62	Chokwé: efeitos locais de políticas Instáveis, erráticas e contraditórias	Máiriam Abbas	Maio de 2018
61	Pobreza, diferenciação social e (des) alianças políticas no meio rural	João Feijó	Abril de 2018
60	Evolução dos Preços de Bens alimentares e Serviços 2017	Yara Nova	Março de 2018
59	Estruturas de Mercado e sua influência na formação dos preços dos produtos agrícolas ao longo das suas cadeias de valor	Yara Pedro Nova	Fevereiro de 2018
58	Avaliação dos impactos dos investimentos das plantações florestais da Portugal-Moçambique nas tecnologias agrícolas das populações locais nos distritos de Ile e Namarrói, Província da Zambézia	Almeida Siteo e Sá Nogueira Lisboa	Novembro de 2017
57	Desenvolvimento Rural em Moçambique: Discursos e Realidades – Um estudo de caso do distrito de Pebane, Província da Zambézia	Nelson Capaina	Outubro de 2017
56	A Economia política do corredor de Nacala: Consolidação do padrão de economia extrovertida em Moçambique	Thomas Selemane	Setembro de 2017
55	Segurança Alimentar Auto-suficiência alimentar: Mito ou verdade?	Máiriam Abbas	Agosto de 2017
54	A inflação e a produção agrícola em Moçambique	Soraya Fenita e Máiriam Abbas	Julho de 2017
53	Plantações florestais e a instrumentalização do estado em Moçambique	Natacha Bruna	Junho de 2017
52	Sofala: Desenvolvimento e Desigualdades Territoriais	Yara Pedro Nova	Junho de 2017
51	Estratégia de produção camponesa em Moçambique: estudo de caso no sul do Save - Chókwe, Guijá e KaMavota	Yasser Arafat Dadá	Maio de 2017
50	Género e relações de poder na região sul de Moçambique – uma análise sobre a localidade de Mucotuene na província de Gaza	Aleia Rachide Agy	Abril de 2017
49	Criando capacidades para o desenvolvimento: o género no acesso aos recursos produtivos no meio rural em Moçambique	Nelson Capaina	Março de 2017
48	Perfil socio-económico dos pequenos agricultores do sul de Moçambique: realidades de Chókwe, Guijá e KaMavota	Momade Ibraimo	Março de 2017
47	Agricultura, diversificação e Transformação estrutural da economia	João Mosca	Fevereiro de 2017
46	Processos e debates relacionados com DUATs. Estudos de caso em Nampula e Zambézia.	Uacitissa Mandamule	Novembro de 2016
45	Tete e Cateme: entre a implosão do el dorado e a contínua degradação das condições de vida dos reassentados	Thomas Selemane	Outubro de 2016
44	Investimentos, assimetrias e movimentos de protesto na província de Tete	João Feijó	Setembro de 2016
43	Motivações migratórias rural-urbanas e perspectivas de regresso ao campo – uma análise do desenvolvimento rural em moçambique a partir de Maputo	João Feijó e Aleia Rachide Agy e Momade Ibraimo	Agosto de 2016
42	Políticas públicas e desigualdades sociais e territoriais em Moçambique	João Mosca e Máiriam Abbas	Julho de 2016
41	Metodologia de estudo dos impactos dos megaprojectos	João Mosca e Natacha Bruna	Junho de 2016
40	Cadeias de valor e ambiente de negócios na agricultura em Moçambique	Mota Lopes	Maio de 2016
39	Zambézia: Rica e Empobrecida	João Mosca e Yara Nova	Abril de 2016

Nº	Título	Autor(es)	Ano
38	Exploração artesanal de ouro em Manica	António Júnior, Momade Ibraimo e João Mosca	Março de 2016
37	Tipologia dos conflitos sobre ocupação da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Fevereiro de 2016
36	Políticas públicas e agricultura	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2016
35	Pardais da china, jatropa e tractores de Moçambique: remédios que não prestam para o desenvolvimento rural	Luis Artur	Dezembro de 2015
34	A política monetária e a agricultura em Moçambique	Máriam Abbas	Novembro de 2015
33	A influência do estado de saúde da população na produção agrícola em Moçambique	Luis Artur e Arsénio Jorge	Outubro de 2015
32	Discursos à volta do regime de propriedade da terra em Moçambique	Uacitissa Mandamule	Setembro de 2015
31	Prosavana: discursos, práticas e realidades	João Mosca e Natacha Bruna	Agosto de 2015
30	Do modo de vida camponês à pluriactividade impacto do assalariamento urbano na economia familiar rural	João Feijó e Aleia Rachide	Julho de 2015
29	Educação e produção agrícola em Moçambique: o caso do milho	Natacha Bruna	Junho de 2015
28	Legislação sobre os recursos naturais em Moçambique: convergências e conflitos na relação com a terra	Eduardo Chiziane	Maió de 2015
27	Relações Transfronteiriças de Moçambique	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Abril de 2015
26	Macroeconomia e a produção agrícola em Moçambique	Máriam Abbas	Abril de 2015
25	Entre discurso e prática: dinâmicas locais no acesso aos fundos de desenvolvimento distrital em Memba	Nelson Capaina	Março de 2015
24	Agricultura familiar em Moçambique: Ideologias e Políticas	João Mosca	Fevereiro de 2015
23	Transportes públicos rodoviários na cidade de Maputo: entre os TPM e os My Love	Kayola da Barca Vieira Yasser Arafat Dadá e Margarida Martins	Dezembro de 2014
22	Lei de Terras: Entre a Lei e as Práticas na defesa de Direitos sobre a terra	Eduardo Chiziane	Novembro de 2014
21	Associações de pequenos produtores do sul de Moçambique: constrangimentos e desafios	António Júnior, Yasser Arafat Dadá e João Mosca	Outubro de 2014
20	Influência das taxas de câmbio na agricultura	João Mosca, Yasser Arafat Dadá e Kátia Amreén Pereira	Setembro de 2014
19	Competitividade do Algodão Em Moçambique	Natacha Bruna	Agosto de 2014
18	O Impacto da Exploração Florestal no Desenvolvimento das Comunidades Locais nas Áreas de Exploração dos Recursos Faunísticos na Província de Nampula	Carlos Manuel Serra, António Cuna, Assane Amade e Félix Goia	Julho de 2014
17	Competitividade do subsector do caju em Moçambique	Máriam Abbas	Junho de 2014
16	Mercantilização do gado bovino no distrito de Chicualacuala	António Manuel Júnior	Maió de 2014
15	Os efeitos do HIV e SIDA no sector agrário e no bem-estar nas províncias de Tete e Niassa	Luis Artur, Ussene Buleza, Mateus Marassiro, Garcia Júnior	Abril de 2015
14	Investimento no sector agrário	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Março de 2014
13	Subsídios à Agricultura	João Mosca, Kátia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Fevereiro de 2014
12	Anatomia Pós-Fukushima dos Estudos sobre o ProSAVANA: Focalizando no "Os mitos por trás do ProSavana" de Natalia Finger mann	Sayaka Funada-Classen	Dezembro de 2013
11	Crédito Agrário	João Mosca, Natacha Bruna, Katia Amreén Pereira e Yasser Arafat Dadá	Novembro de 2013
10	Shallow roots of local development or branching out for new opportunities: how local communities in Mozambique may benefit from investments in land and forestry exploitation	Emelie Blomgren e Jessica Lindkvist	Outubro de 2013

Nº	Título	Autor(es)	Ano
9	Orçamento do estado para a agricultura	Américo Izaltino Casamo, João Mosca e Yasser Arafat	Setembro de 2013
8	Agricultural Intensification in Mozambique. Opportunities and Obstacles—Lessons from Ten Villages	Peter E. Coughlin, Nícia Givá	Julho de 2013
7	Agro-Negócio em Nampula: casos e expectativas do ProSAVANA	Dipac Jaientilal	Junho de 2013
6	Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique	Elizabeth Alice Clements e Bernardo Mançano Fernandes	Mai de 2013
5	Contributo para o estudo dos determinantes da produção agrícola	João Mosca e Yasser Arafat Dadá	Abril de 2013
4	Algumas dinâmicas estruturais do sector agrícola.	João Mosca, Vitor Matavel e Yasser Arafat Dadá	Março de 2013
3	Preços e mercados de produtos agrícolas alimentares.	João Mosca e Máriam Abbas	Janeiro de 2013
2	Balança Comercial Agrícola: Para uma estratégia de substituição de importações?	João Mosca e Natacha Bruna	Novembro de 2012
1	Porque é que a produção alimentar não é prioritária?	João Mosca	Setembro de 2012

Como publicar:

- Os autores deverão endereçar as propostas de textos para publicação em formato digital para o *e-mail* do OMR (office@omrmz.org) que responderá com um e-mail de aviso de recepção da proposta.
- Não existe por parte do Observatório do Meio Rural qualquer responsabilidade em publicar os trabalhos recebidos.
- Após o envio, os autores proponentes receberão informação por *e-mail*, num prazo de 90 dias, sobre a aceitação do trabalho para publicação.
- O autor tem o direito a 10 exemplares do número do *OBSERVADOR RURAL* que contiver o artigo por ele escrito.

Regras de publicação:

- Apresentação da proposta de um tema que se enquadre no objecto de trabalho do OMR.
- Aprovação pelo Conselho Técnico.
- Submissão a uma revisão redactorial num prazo de sessenta dias, a partir da entrega da proposta de artigo pelo autor.
- Informação aos autores por parte do OMR acerca da decisão da publicação, por *e-mail*, com solicitação de aviso de recepção, num prazo de 90 dias após a apresentação da proposta.
- Caso exista um parecer negativo de um ou mais revisores, o autor tem a oportunidade de voltar uma vez mais a propor a edição do texto, desde que introduzidas as alterações e observações sugeridas pelo(s) revisore(s).
- Uma segunda proposta do mesmo texto para edição procede-se nos mesmos moldes e prazos.
- Um segundo parecer negativo tem carácter definitivo.
- O proponente do texto para publicação não tem acesso aos nomes dos revisores e estes receberão os textos para revisão sem indicação dos nomes dos autores.
- A responsabilidade de publicação é da Direcção do Observatório do Meio Rural sob proposta do Conselho Técnico, independentemente dos pareceres dos revisores.
- O texto não pode ter mais que 40 páginas em letra 11, espaço simples entre linhas, e 3 cm em todas as margens da página (cima, baixo lado e esquerdo e direito).
- A formatação do texto para publicação é da responsabilidade do OMR.



O OMR é uma Associação da sociedade civil que tem por objectivo geral contribuir para o desenvolvimento agrário e rural numa perspectiva integrada e interdisciplinar, através de investigação, estudos e debates acerca das políticas e outras temáticas agrárias e de desenvolvimento rural.

O OMR centra as suas acções na prossecução dos seguintes objectivos específicos:

- Promover e realizar estudos e pesquisas sobre políticas e outras temáticas relativas ao desenvolvimento rural;
- Divulgar resultados de pesquisas e reflexões;
- Dar a conhecer à sociedade os resultados dos debates, seja através de comunicados de imprensa como pela publicação de textos;
- Constituir uma base de dados bibliográfica actualizada, em forma digitalizada;
- Estabelecer relações com instituições nacionais e internacionais de pesquisa para intercâmbio de informação e parcerias em trabalhos específicos de investigação sobre temáticas agrárias e de desenvolvimento rural em Moçambique;
- Desenvolver parcerias com instituições de ensino superior para envolvimento de estudantes em pesquisas de acordo com os temas de análise e discussão agendados;
- Criar condições para a edição dos textos apresentados para análise e debate do OMR.

Patrocinadores:



Rua Faustino Vanombe, nº 81, 1º Andar
Maputo – Moçambique

www.omrmz.org